

KITS – PATRIMÓNIO | KIT05



versão 1.0

documento provisório

Dezembro 2010

Património arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos

Colecção *KITS* – Património

Coordenação: João Vieira e Manuel Lacerda

KIT01 – *Património Arquitectónico – Geral*

KIT02 – *Património Arquitectónico – Habitação Multifamiliar do Século XX*

KIT03 – *Património Industrial*

KIT04 – *Património urbanístico (no prelo)*

KIT05 – *Património arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos*

KIT06 – *Património arquitectónico – Igrejas de Misericórdia*

KIT05 Património Arquitectónico — Edifícios conventuais capuchos

Sumário

Ficha Técnica

Editorial

Introdução

1. Definição
2. Conteúdos
3. Comentários

I. Edifícios conventuais capuchos

II. Elementos do registo de inventário

1. Registo de inventário
2. Elementos do registo de inventário
3. Fichas de elemento

III. Como contribuir para os inventários nacionais de património arquitectónico

IV. Anexos

A – Exemplos de registos de inventário

B – Conventos das Províncias Capuchas – tabelas e mapa

1 – Conventos organizados por Província

2 – Mapa dos Conventos organizados por Província

3 – Conventos organizados por Localização

4 – Conventos organizados por Designação

C – Glossário

D – Recursos de documentação e informação

FICHA TÉCNICA

Tipo de documento	GUIA DE INVENTÁRIO ARQUITECTÓNICO		
Identificador	KIT05 (1.0)		
Título	Património Arquitectónico – Edifícios conventuais capuchos		
Título alternativo			
Responsável(is)	Tipo	Nome	Contacto
	Autor	Paula Figueiredo	AVFigueiredo@ihru.pt
	Autor colectivo	IHRU, IP	ihru@ihru.pt
	Coordenador	João Vieira	JSVieira@ihru.pt
	Editor	IHRU, IP	ihru@ihru.pt
	Editor	IGESPAR, IP	igespar@igespar.pt
Versão	1.0		
Estado	Provisório		
Data(s) de preparação	2009-03-31 a 2009-09-30		
Data de emissão	Dezembro 2010		
Local de emissão	Sacavém		
Público/Destinatário(s)	Público em geral / Estudantes / Gestores de Património Arquitectónico		
Idioma	Português		
Formato	PDF		
Descrição	Guia prático que estabelece indicações e regras básicas gerais que orientam a inventariação do património arquitectónico religioso pertencentes aos Franciscanos da via capucha.		
Descritores	Arquitectura; Património Arquitectónico; Inventário patrimonial		
Relação documental	Tipo de relação		Documento relacionado
	Complementa		KIT01 - Património Arquitectónico - Geral
Copyright	Todos os direitos são detidos pelo IHRU, IP e IGESPAR, IP		
Comunicabilidade	Acesso livre em linha		
Data de transmissão/publicação	2010-12-31		
Local/ endereço de transmissão/publicação	www.monumentos.pt ; www.portaldahabitacao.pt ; www.igespar.pt		
Código de arquivo			
Historial de revisão	Data	Versão	Revisão
			Responsável



EDITORIAL

O Estado português, as regiões autónomas e as autarquias locais têm competências específicas e inalienáveis no domínio da protecção e valorização do património cultural. Todavia, a preservação desse legado é, face à lei, responsabilidade de todos os portugueses: de indivíduos e de organizações (sejam elas públicas ou privadas), de detentores, gestores, estudiosos, utilizadores e fruidores.

Assim sendo, uma política efectiva e consequente de preservação e valorização dos testemunhos materiais que fundamentam a memória nacional, a das diversas regiões, comunidades e indivíduos, deverá, tanto quanto possível, privilegiar soluções contratuais dinâmicas e flexíveis que assegurem a colaboração entre os diversos protagonistas, garantam o envolvimento interessado e activo dos detentores e utilizadores desse património e promovam a racionalização e a articulação de investimentos.

De acordo com diversas cartas e convenções internacionais que visam a protecção do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, a produção, aquisição, conservação, divulgação e acesso a informação actualizada e a documentação autêntica sobre esses bens culturais são consideradas actividades essenciais de suporte ao reconhecimento, identificação, estudo, compreensão e “apropriação” desses objectos patrimoniais pelos indivíduos, comunidades e organizações e, bem assim, à sua gestão, salvaguarda e valorização.

Nessa medida, promover a produção e a recolha, o processamento e a conservação, a disseminação e a utilização de mais e melhor informação e documentação sobre esse património por parte dos agentes públicos e privados com intervenção no sector, assim como pelos cidadãos em geral, poderá ser uma eficaz estratégia para:

1. aumentar a consciência pública sobre a qualidade da arquitectura e do ambiente construído e sobre a importância da sua protecção e valorização;
2. reforçar a percepção de que o património arquitectónico, urbanístico e paisagístico pode ser um poderoso factor de distinção e de identidade individual e colectiva, bem como um eficaz motor de qualificação e desenvolvimento de lugares e regiões;
3. melhorar a qualidade da gestão e utilização desse património;
4. promover a transparência e as condições de participação pública nos processos decisórios, bem como a responsabilização social dos vários intervenientes.

Por outro lado, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR), por força das suas atribuições nos domínios da salvaguarda e valorização do património arquitectónico, da reabilitação urbana e dos sistemas de informação patrimonial, são detentores de conhecimentos específicos e de experiência técnico-científica, de metodologias e instrumentos especializados de identificação, documentação e divulgação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, recursos que importa disponibilizar junto dos agentes e utilizadores desse património.

KITS – Património é, justamente, uma colecção de guias práticos de nível básico sobre inventariação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, assim como de outro tipo de património cultural de algum modo àquele associado. Da responsabilidade

editorial conjunta do IHRU e do IGESPAR, esta colecção foi concebida e lançada como uma medida do *Programa Simplex 2008* (M147), iniciativa governamental que, no domínio *Cidadania*, incentiva acções que visem “disponibilizar a informação necessária ao ordenamento do território”, designadamente através da disseminação de “manuais e guias práticos”.

São objectivos desta colecção:

1. Dotar os agentes do património cultural e os cidadãos em geral de instrumentos técnicos que os orientem e apoiem em acções de reconhecimento, identificação e documentação do “seu” património;
2. Promover a constituição de inventários patrimoniais tecnicamente consistentes de âmbito local e sectorial, e a sua utilização como ferramentas de apoio à salvaguarda e valorização;
3. Contribuir para a criação e o desenvolvimento de uma rede de informação patrimonial que garanta a transmissão e o intercâmbio de dados consistentes e com um grau aceitável de rigor entre sistemas de informação e documentação, bem como a sua divulgação junto dos diversos públicos potenciais.

Cada um dos números desta colecção, dedicado a um tipo específico de património ou a um aspecto concreto da sua gestão e utilização, deve ser considerado uma obra em aberto, um projecto em curso, sujeito, por isso, a actualizações periódicas que não só incorporem as melhores práticas no sector como as sugestões e os contributos dos seus utilizadores finais. O grau de profundidade dos conteúdos apresentados em cada um dos números será, portanto, assumidamente desigual, reflectindo mais o estado de desenvolvimento do conhecimento disponível, a cada momento, sobre cada matéria, do que uma decisão equalizadora de estratégia editorial.

A sua publicação é preferencialmente realizada em formato electrónico e a sua distribuição oficial, livre de encargos, assegurada através dos sítios *web* institucionais e temáticos dos editores.

Em suma, **KITS – Património** resulta da genuína e empenhada vontade dos seus editores e autores de trabalharem concertadamente tendo em vista a preparação e a disponibilização, junto da comunidade, de um conjunto consensual de conhecimentos básicos, experiências e instrumentos que fomentem a cultura de partilha, viabilizem o esforço cooperativo e promovam a rentabilização de investimentos dos vários interessados e intervenientes na salvaguarda e valorização do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico do país.

Em última análise, com a publicação desta colecção procuram os seus editores contribuir para a operacionalização dos seguintes princípios orientadores da sua actividade patrimonial: “conhecer para valorizar”; “informar para proteger”.

INTRODUÇÃO

1. Definição

- 1.1. No âmbito dos KITS Património produzidos pela parceria IHRU-IGESPAR, o KIT05 é um instrumento de apoio à identificação, registo / documentação, interpretação, estudo, salvaguarda e valorização de objectos do Património Arquitectónico Religioso, mais precisamente dos Conventos Franciscanos Capuchos.
- 1.2. Por património arquitectónico religioso capucho entende-se, para efeitos de utilização do presente guia, o conjunto dos edifícios conventuais, contemplando os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes) às quais determinado *indivíduo, comunidade ou organização* reconhece, num dado *momento* histórico, interesse cultural e ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique:
 - valor arquitectónico (artístico, construtivo, funcional),
 - valores histórico e documental,
 - valores simbólico e identitário.
- 1.3. Este guia não deve ser confundido com:
 - uma norma de inventariação de património arquitectónico;
 - um esquema de meta-informação de suporte ao desenvolvimento de aplicações informáticas de gestão de inventários de património arquitectónico.

2. Conteúdos

- 2.1. O presente documento resulta de um trabalho de recolha, análise, (re)processamento, discussão e síntese de um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos sobre inventariação de património arquitectónico religioso detidos pelos seus autores.
- 2.2. Os conteúdos desta edição sobre património arquitectónico dos edifícios conventuais capuchos servem de matriz e complementam os conteúdos sobre tipologias arquitectónicas gerais editadas no número 1 desta colecção.
- 2.3. Os conteúdos agora publicados podem ser aprofundados através da consulta dos inventários patrimoniais geridos por ambos os editores e disponíveis em www.monumentos.pt e www.igespar.pt.

3. Comentários

- 3.1. O presente trabalho é um documento em constante actualização. Os editores encorajam todos os interessados a contribuírem com comentários e sugestões que visem a melhoria dos seus conteúdos.

3.2. Esses comentários e sugestões, para serem considerados no documento final, deverão ser enviados para qualquer um dos seguintes endereços do ponto focal *KITS Património* e recebidos até 31 de Março de 2011:

- endereço electrónico: kitspatrimonio@ihru.pt ;
- endereço postal:

KITS – Património
Forte de Sacavém
Rua do Forte de Monte Cintra
2685 – 141 SACAVÉM

I – EDIFÍCIOS CONVENTUAIS CAPUCHOS

A arquitectura religiosa constitui um dos maiores núcleos do património arquitectónico e artístico português, sendo a Ordem de São Francisco uma das principais responsáveis pela proliferação de edifícios, uma vez que foi a que mais se expandiu no nosso território. Facilmente concluiremos, pois, da importância de conhecer este legado que se tem vindo a degradar e a transformar rapidamente. Compreender a vivência dos religiosos *Franciscanos* e, mais particularmente, dos *Capuchos*, e ligá-la às soluções arquitectónicas assumidas torna-se fundamental para podermos entender o edifício como um todo e percebermos as alterações que estas comunidades foram sofrendo, num esforço de adaptação às conjunturas históricas (sociais, económicas, mentais e religiosas) que atravessaram.

1. OS FRANCISCANOS

No início do século XIII, Francisco de Bernardone (1182-1226) dá origem, em Assis, a um movimento religioso que, rapidamente, proliferou, seduzindo monarcas, nobres, burgueses e população em geral, sedenta de uma nova espiritualidade salvífica, que lutava contra o regime feudal imposto pelos senhores e pelas grandes ordens militares e religiosas (beneditinos e cistercienses). A Ordem Franciscana ou dos Frades Menores por ele criada nasceu a par da Dominicana, dando origem, com a Carmelita, às denominadas *Ordens Mendicantes*.

Os frades franciscanos tinham uma vida pobre e errante, procurando aproximar-se da que levava Cristo e os seus Apóstolos, que excluía toda e qualquer posse de bens, pessoais ou comunitários, exigindo o total despojamento. As comunidades ou *fraternidades* refugiavam-se, frequentemente, em pontos isolados, numa aproximação à vida dos eremitas no deserto. Na sua abordagem à população, privilegiavam o contacto com os mais pobres e marginalizados, especialmente doentes, através de ajuda financeira e espiritual, de uma pregação simples, popular, entendível e moralizante.

Os primeiros conventos, conforme estipulava a *Regra* de São Francisco, seguiam um sistema igualitário e fraterno, em que todos, independentemente da sua origem, usufruíam dos mesmos direitos e cumpriam o mesmo tipo de obrigações.

Praticamente desde a origem, os Franciscanos obtiveram várias prerrogativas papais que os isentaram de certos pormenores da *Regra*, permitindo-lhes utilizarem sandálias, possuírem bens pecuniários, poderem andar a cavalo e usarem camisa de linho. As comunidades que as alcançaram, renunciando à pureza idealizado por São Francisco (o *Poverello*), passaram a ser denominadas, a partir de 6 de Abril de 1250, com Inocêncio IV (1243-1254), como *Franciscanas Conventuais*. Alguns conventos da Ordem tornaram-se, a partir desta data, unidades auto-suficientes, detentoras de inúmeros bens, deixados por testamento, em troca de missas por sufrágio.

Os conjuntos conventuais eram constituídos por templos de grandes dimensões, que se individualizariam na arquitectura do período medieval, concorrendo, em termos de magnificência, com as catedrais que se iam construindo.

1.1. OS FRANCISCANOS OBSERVANTES

Em Itália, várias correntes se foram insurgindo contra o modo de vida dos *Conventuais*, que atraía cada vez mais comunidades. Uma delas, liderada por Frei Paulo de Trincis e a

única que viria a obter sucesso, deu origem aos denominados *Franciscanos Observantes*, com grande expansão após 1368. Estas comunidades procuravam *observar* (daí a sua denominação) rigorosamente a *Regra* escrita pelo Santo de Assis.

O grande avanço na prevalência da corrente Observante começou com o papado de Eugénio IV, quando, em 1446, receoso do desaparecimento desta via mais pura, ordenou que esta passasse a eleger os seus próprios vigários, que se tornavam autónomos relativamente aos *Franciscanos Conventuais*, dos quais, anteriormente, dependiam inteiramente, do ponto de vista financeiro e administrativo. Originam-se, assim, duas vias distintas, que passaram a povoar o universo seráfico, apesar de possuírem um Geral comum, com sede em Roma.

1.2. OS FRANCISCANOS EM PORTUGAL

Os ideais franciscanos chegaram a Portugal no século XIII através da presença em território nacional de frei Zacarias e frei Gualter, discípulos directos de São Francisco. Estes estiveram na origem da criação das primeiras comunidades fraternas, situadas nos grandes centros urbanos, os quais, pelas suas dimensões e poder económico, podiam garantir a sobrevivência diária dos novos frades, totalmente dependentes das dádivas alimentares e monetárias dos habitantes.

As primeiras casas em território português, ainda em pequeno número, foram integradas na Província de Espanha, reunindo-se numa unidade territorial em 1219, que assumiu o estatuto de Custódia de Portugal. Contudo, a sua instalação não viria a ser pacífica, sendo conhecidos os problemas com o clero, nomeadamente com a diocese do Porto, na pessoa do seu representante D. Martinho Rodrigues (1196-1235), que procurou expulsar os frades da cidade, o que esteve na base de uma intervenção papal, através de um Breve de Gregório IX (1227-1241), datado de 1233. O mesmo fenómeno aconteceria em Braga, onde os bispos proibiram sucessivamente a doação de esmolas aos membros da nova Ordem. Sucederam-se diplomas da Cúria de Roma, tentando apaziguar os conflitos, destacando-se a bula de Alexandre IV (1254-1261), em 1258, dirigida ao deão de Lamego, que proibia o clero afecto à Colegiada de Guimarães de deixar legados aos franciscanos. Estes problemas revelam que o clero secular se sentia ameaçado pela popularidade granjeada pela nova Ordem. Os diferendos estariam praticamente ultrapassados no final do século XIII, altura em que os primeiros frades são nomeados bispos pelo Papa Nicolau IV (1288-1292).

Na sequência do Cisma do Ocidente, quase todas as Províncias e Custódias ibéricas apoiaram o Papa de Avignon, excepto a de Santiago, governada, na altura, pelo provincial frei Fernando de Astorga, que se refugiou em Portugal, reino que apoiava o Papa de Roma, estabelecendo o governo da sua Província em Lisboa. Contudo, as contestações na Galiza eram enormes, acentuadas após a Guerra com Castela (1384-1387), o que obrigaria o prelado, em 1417, a criar e autonomizar a Província de Portugal, que ele próprio passou a tutelar.

Surgia, assim, um novo potentado na ordem social medieva, que originaria intervenções sucessivas de vários monarcas, os quais se sentiam ameaçados pela extensão e intervenção que estas comunidades passaram a ter junto das populações. As várias instâncias junto de Roma surtiram efeito e a via renovadora Observante chegou a Portugal cerca de 1392, através de vários monges que haviam saído de Santiago de Compostela para apoiar o Papa de Roma. A fundação dos primeiros conventos foi autorizada por Bula de Bonifácio IX (1389-1404), datada de 6 de Abril de 1392. Fundaram pequenos ermitérios, situados em zonas afastadas das grandes povoações, onde se refugiavam poucos frades, com objectivos de filiação nas regras austeras, defendidas por São Francisco.

A coexistência das duas vias num território tão pequeno como Portugal não foi pacífica, levando a vários diferendos entre o Provincial dos *Conventuais* e o vigário dos *Observantes*. Estes problemas só seriam solucionados com a Bula de Pio V (1566-1572), datada de 1568, declarando a extinção dos *Conventuais* em Portugal, passando todos os conventos para a via Observante, que manteve o título de Província de Portugal.

A Província Observante de Portugal rapidamente proliferou, tendo, no século XV, vinte e sete conventos e sete mosteiros femininos, sedeados no Convento de São Francisco de Lisboa. Mais tarde, em 1532, concretizando um pedido de D. João III (1455-1495), os Franciscanos foram divididos por duas Províncias, a de Portugal e a do Algarve, esta denominada Xabregana, por terem a casa-mãe no Convento de São Francisco de Xabregas, em Lisboa.

2 – OS FRANCISCANOS CAPUCHOS

A Via Observante não manteve os seus princípios originais, tendo, rapidamente, sido seduzida pelas ofertas monetárias dos inúmeros apoiantes. Correspondendo à necessidade de uma nova reforma no seio da comunidade franciscana, surgem os Frades Menores Capuchos, assim denominados por utilizarem um capuz, semelhante ao que São Francisco envergava no seu hábito. Nasceram em 1525 através da acção do italiano Matteo Baschi (séc. XV-1552), e a sua instituição foi aprovada canonicamente por Clemente VII, três anos mais tarde. Intitulavam-se os verdadeiros guardiães da *Regra* de São Francisco, pelo rigor e austeridade que professavam e tinham como principal objectivo lutar contra a vivência desregrada de alguns núcleos conventuais, muito afastados das recomendações textuais do Santo de Assis, impondo-se pelo exemplo pedagógico de uma vida de verdadeira entrega à fé católica, numa altura em que a Reforma luterana proliferava ostensivamente na Europa Central.

Rapidamente, esta via austera foi aceite por uma Europa cindida do ponto de vista religioso. A necessidade de corresponder às decisões tomadas no Concílio de Trento, onde se reforçou o papel das ordens religiosas na luta contra a heresia, na imposição dos Santos Sacramentos e na divulgação dos novos santos canonizados ao longo dos séculos XV e XVI, levou estes frades a aproximarem-se das populações. Assim, as casas franciscanas capuchas começam a ser fundadas na periferia de locais mais povoados e as comunidades tornam-se mais numerosas, obrigando à criação de noviciados e colégios, onde a mensagem teológica franciscana é divulgada. Apesar da via capucha privilegiar o retiro, a entrega à vida contemplativa e a mortificações várias, passam a desenvolver uma vida mais activa, dedicada à pregação, confissão e missionação. Os frades deixaram de trabalhar a terra, passando a ter assalariados.

As comunidades eram dirigidas, material e espiritualmente, por um guardião ou presidente, cujo cargo era trienal.

2.1. OS FRANCISCANOS CAPUCHOS EM PORTUGAL

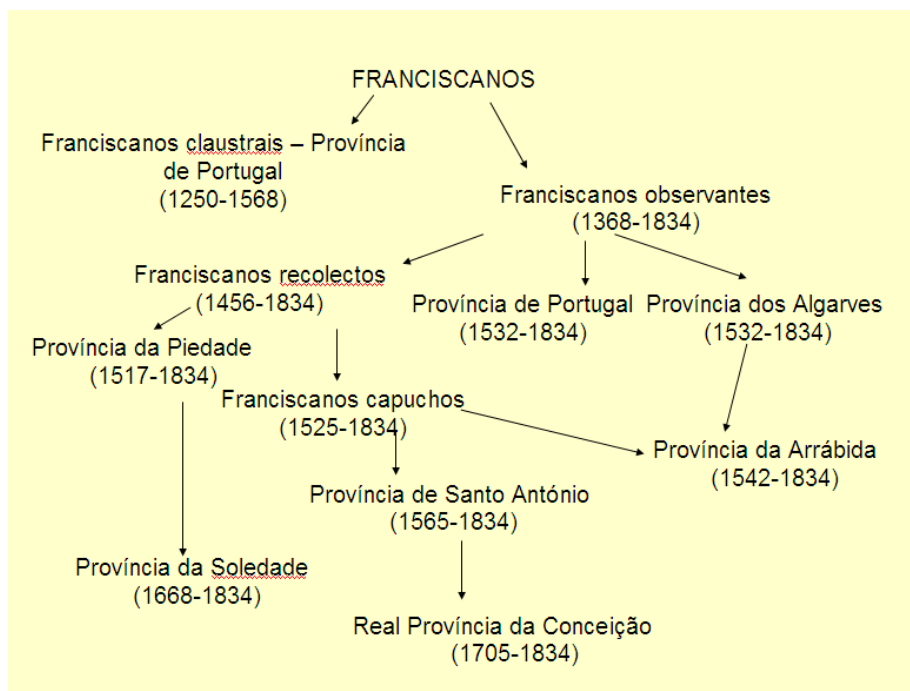
Anterior à acção de Matteo Baschi, em Itália, surgira em Espanha uma corrente com objectivos semelhantes, encabeçada por frei João de Guadalupe, que, em 1498 se dirigiu a Roma, munido de cartas de recomendação dos Reis Católicos (D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela), a solicitar ao Papa Alexandre VI autorização para seguir a verdadeira *Regra* franciscana. Com o beneplácito régio e de Roma, foram criadas, em território espanhol, várias casas que seguiam normas mais rígidas, tendo-se unido na denominada Província da Piedade. Contudo, após a morte do fundador, em 1503, a Província passa a ser perseguida por outras vias franciscanas, tendo-se vários frades

refugiado em Portugal, sendo recebidos em Vila Viçosa, onde obtiveram o apoio imediato do duque D. Jaime de Bragança. Este poderoso nobre tornou-se, assim, um dos responsáveis pela criação de uma nova via franciscana, oficializada em 1509 por Breve de Júlio II (1503-1513), tornando-se a primeira Custódia Capucha de todo o ramo seráfico (v. *anexo B*), antecipando-se ao movimento europeu.

Além da influência da Província da Piedade, os ideais capuchos de Matteo Baschi fizeram-se sentir em Portugal através da reforma desenvolvida no seio de alguns conventos franciscanos pertencentes à Província do Algarve (Xabreganos), de onde de destaca, em 1542, uma nova Província, a da Arrábida (v. *anexo B*), aprovada canonicamente em 1560 e que teve o apoio incondicional do místico São Pedro de Alcântara (1499-1562), suportada financeiramente, num período posterior, pela figura de D. João de Lencastre (?-1707). Em 1668, demarcaram-se desta alguns conventos, dando origem a uma nova Província, a da Soledade (v. *anexo B*), aprovada pelo Papa Clemente IX (1667-1669) em 1673.

Entretanto, outra Custódia Capucha fora instituída em 1565, separada da Província de Portugal e confirmada pelo vigário-geral, frei João de Quesdeben, dedicada a Santo António (v. *anexo B*). Por breve de Pio V, de 6 de Agosto de 1568, passada por intercessão do cardeal D. Henrique (1512-1580), a nova Custódia tornou-se Província, ao atingirem as necessárias dez casas para aspirar ao topo da hierarquia. A partir desta, nasceria a última Província portuguesa, a Real Província da Conceição (v. *anexo B*), em 1705, patrocinada pelas Casas Real e do Infantado.

Seguindo a norma europeia, os *Capuchos*, mais familiarmente conhecidos por *Antoninhos* (a maioria dos conventos portugueses seria dedicada ao popularíssimo Santo António), instalaram-se, inicialmente, em pequenos edifícios, apartados das povoações. Na senda do Concílio de Trento, passaram a fundar casas junto às populações, escolhendo, preferencialmente, locais recônditos ou fronteiriços, onde a presença de ordens religiosas era praticamente nula, havendo uma forte necessidade de apoio espiritual, a que os elementos do clero secular não conseguiam corresponder. Estas novas casas, abrigando, normalmente, cerca de vinte membros, eram apoiadas financeiramente por um padroeiro ou, já no século XVIII, pelo esforço das autoridades municipais e populações. Ao longo dos séculos XVII e XVIII assistimos, a par da construção de edifícios de raiz, à sistemática reforma dos pré-existentes, tentando-se criar uma unidade de estilo arquitectónico e decorativo que os vários cronistas denominam *modo capucho*. Esta tipologia arquitectónica era definida através de regras construtivas específicas, apontadas nos estatutos das várias Províncias, especialmente nos da Província da Arrábida, cujas normas eram bastante precisas relativamente à forma como os edifícios se deviam estruturar.



3. A ARQUITECTURA CAPUCHA

Os conventos capuchos eram de dimensões distintas, consoante se encontravam circunscritos pela cidade ou respectivas muralhas, ou em zonas exclusivamente rurais. Implantavam-se, normalmente, em zonas de encosta, elevados relativamente às povoações em que se integravam, permitindo aos frades obter, a partir das cercas e das janelas das celas, panorâmicas das cidades e, especialmente, das linhas de água que as atravessavam. Este contacto visual com a natureza era fundamental na formação religiosa dos frades, estando bastante explícita na *Regra* de São Francisco.

Os elementos que compunham o conjunto conventual articulavam-se uniformemente, surgindo a zona regral adossada a um dos lados do templo, havendo uma ligação entre os dois volumes arquitectónicos através de dois vãos, situados no falso transepto e na capela-mor. A zona regral e a vida dos frades desenvolviam-se em torno de um claustro de formas regulares, aberto por arcadas, que abriam para as alas permitindo o acesso rápido às principais dependências do conjunto. A ligação ao segundo piso era assegurada por duas escadas, a *Regral*, que partia da zona do refeitório e ligava directamente aos dormitórios, e a das *Matinas* que estabelecia a ligação entre a Via Sacra e a ala de acesso ao coro-alto. Os frades acediam à cerca a partir de uma porta que saía da dependência onde se implantava o lavabo do refeitório (o *De Profundis*), possibilitando a ligação a um jardim formal, situado junto ao convento e às várias zonas de cultivo e mata, normalmente desenvolvidas em socalcos, onde proliferavam fontes e retiros espirituais para os frades. As cercas eram abertas à população em épocas especiais, especialmente na Quaresma, a qual acedia pela *Porta Carral* rasgada no muro.

A arquitectura capucha caracteriza-se por uma planimetria e volumetria bastante semelhantes, com a zona regral a desenvolver-se em torno de um claustro quadrangular, de dois pisos, em torno do qual surgem as alas e varandas, para onde abrem várias dependências. No piso inferior surge a Casa do Capítulo, um dos mais importantes espaços da comunidade, onde esta se reúne periodicamente, e as dependências destinadas à refeição e respectiva confecção, situadas na ala oposta à igreja; no piso imediato, os dormitórios, hospedaria, livraria e enfermaria.

Também as cercas apresentavam elos semelhantes, como as capelas, as cruzes da Via Sacra, jardins formais, pomares, hortas, vinha...

Os templos capuchos caracterizam-se por plantas longitudinais compostas por naves e capelas-mores mais estreitas e baixas, antecedidas por um falso transepto, onde se rasgam, confrontantes, dois amplos vãos, correspondentes à porta de acesso à zona de clausura e a uma capela, normalmente dedicada a Nossa Senhora das Dores. As fachadas, maioritariamente despojadas, recebiam um tratamento mais cuidado na principal, onde dominam cunhais e modinaturas de cantaria almofadada ou silharia fendida e surgem remates em empenas simples, contracurvas ou em frontão. O acesso ao espaço religioso processa-se por uma pequena galilé, em cujo interior surgem três portais: o portal axial, de acesso ao templo, seguindo dois tipos básicos, mas ambos de verga recta, um deles dinamizado pela introdução de modinatura recortada e um segundo com moldura simples, encimado por um nicho; confrontantes, duas portas simples, de verga recta e molduras de cantaria, uma correspondente ao acesso à zona regral, através da portaria, outra constituindo a Capela do Senhor dos Passos.

Os interiores possuem pavimentos em taburnos e coberturas em falsas abóbadas de berço, sustentadas por estrutura em vigamento de madeira, possuindo forro em reboco, simplesmente caiado ou apresentando painéis com pintura decorativa ou figurativa. As igrejas são iluminadas por janelas rectilíneas, formando capialço, numa ou em ambas as fachadas laterais, permitindo uma iluminação intensa e homogénea ou unilateral. No interior, destacam-se as existências do coro-alto, bastante amplo, expandindo-se sobre a galilé e parte da igreja, assente sobre arco abatido, e dos confessionários, sempre que possível, embutidos nos muros virados à zona regral. A aceder à capela-mor surge o arco triunfal de volta perfeita, assente em colunas toscanas, ostentando, frequentemente, pintura decorativa, na maioria dos casos de expressão vegetalista.

O património integrado destes templos também apresenta elos comuns entre as várias províncias capuchas, destacando-se, como principais exemplos: os cadeirais, executados em madeira de castanho ou pau-preto, caracterizados por assentos fixos, braços volutados e espaldares apainelados; as grades-confessionários, que encerravam a zona afecta aos frades, criando um espaço na nave apenas a ele destinados, e os arcazes da sacristia com espaldares pintados, flanqueando um pequeno nicho, onde se colocava um Calvário em escultura de vulto.

A iconografia representada no interior destes espaços religiosos é, também, comum, com a proliferação de santos e mártires franciscanos (onde se destacam os Mártires de Marrocos), ou santos externos à Ordem, mas por ela adoptados, nomeadamente os que seguiam uma via contemplativa e eremítica, como São Jerónimo ou São Paulo Eremita; a figura de Cristo é omnipresente, seguindo a visão cristocêntrica de São Francisco, onde o Calvário e a Paixão de Cristo assumem papel fundamental, bem como a presença da Virgem, quer ligada aos momentos da Paixão (Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Soledade), quer na invocação da Imaculada Conceição, dogma defendido, desde o início da presença franciscana nas universidades europeias, nomeadamente na de Paris, destacando-se, de entre os teólogos que mais contribuíram para a sua difusão, Duns Escoto.

Apesar dos Franciscanos Capuchos, no início da sua existência, insistirem em descrever a sua arquitectura como uniforme com elementos comuns a todas as províncias, cada uma delas foi criando especificidades ao longo da sua existência, que lhes permitiram demarcarem-se das suas congéneres.

4. OS EDIFÍCIOS CAPUCHOS NA ACTUALIDADE

Em 1834, a lei da desamortização dos edifícios religiosos constituiu um rude golpe na preservação dos conjuntos monástico-conventuais, vendidos em hasta pública ou cedidos a entidades públicas para instalação de serviços, maioritariamente de carácter militar ou municipal. Os que passaram para a propriedade de particulares foram os que mais sofreram, sendo delapidados no seu património integrado e materiais vários, demolidos ou transformados significativamente no que toca às dependências primitivas.

Os conventos que chegaram até nós encontram-se actualmente ocupados por câmaras municipais, bibliotecas, arquivos, serviços militares, unidades de turismo de habitação ou turismo rural, centros paroquiais e sociais, existindo uma minoria entregue a congregações religiosas femininas, as quais instalaram nos locais colégios particulares ou infantários.

Os templos estão, na sua maioria, íntegros, pertencendo à Ordem Terceira de São Francisco ou às paróquias locais, com culto quotidiano ou esporádico.

Pelo exposto, percebemos a importância de estudar e preservar estes núcleos conventuais, onde se mantém latente a espiritualidade de São Francisco de Assis, sendo imperioso recensear os exemplares existentes e alertar todos as entidades responsáveis pela preservação e reabilitação do património e os proprietários destes edifícios para a necessidade de os salvaguardar no seu todo, tendo em especial consideração o seu património integrado, não adulterando de forma irreversível os seus espaços funcionais, permitindo identificá-los de forma inequívoca. O simples conhecimento e registo destes imóveis ou conjunto de imóveis é fundamental para os podermos proteger e/ou recuperar de uma forma cautelosa, pensada, baseada em estudos preliminares e na acção de uma equipa pluridisciplinar. Só assim poderemos legar às gerações futuras o património que estes frades capuchos, adeptos da mais profunda pobreza, seguindo austeramente a Regra Franciscana, criaram com inúmeras dificuldades financeiras, como um meio de glorificar Deus e de passar a sua mensagem ao próximo.

II. ELEMENTOS DO REGISTO DE INVENTÁRIO

1. Registo de inventário

- 1.1. O inventário do património arquitectónico é um conjunto estruturado e normalizado de registos referentes a edifícios, estruturas construídas e ou aos seus componentes.
- 1.2. Do ponto de vista do grau de profundidade ou detalhe da informação apresentada, esses registos podem incluir-se em duas categorias: registos de inventário; registos de pré-inventário.

2. Elementos de informação do registo de inventário

- 2.1. A escolha da estrutura de elementos de informação que integram os registos de inventário e de pré-inventário deverá resultar da ponderação dos seguintes factores condicionantes: objectivos/funções, produtos e destinatários previstos; recursos financeiros, tecnológicos e humanos disponíveis; período de tempo.
- 2.2. A tabela seguinte apresenta um modelo de estrutura-base de elementos de informação que poderão integrar um registo de inventário de um edifício, estrutura construída ou seus componentes:

ELEMENTO		PREENCHIMENTO	KIT FONTE
01	Categoria	Obrigatório	√
02	Tipo	Obrigatório	√
03	Identificador	Obrigatório	KIT01
04	Designação	Obrigatório	KIT01
05	Localização	Obrigatório	KIT01
06	Acesso	Obrigatório	KIT01
07	Protecção	Obrigatório	KIT01
08	Época de construção	Obrigatório	KIT01
09	Imagem	Obrigatório	KIT01
10	Enquadramento	Obrigatório	√
11	Descrição	Opcional	√
12	Arquitecto / Construtor / Autor	Opcional	KIT01
13	Cronologia	Opcional	KIT01
14	Tipologia	Opcional	√
15	Bens móveis	Opcional	√

16	Utilização inicial	Opcional	√
17	Utilização actual	Opcional	KIT01
18	Proprietário	Opcional	KIT01
19	Utente	Opcional	KIT01
20	Conservação geral	Opcional	KIT01
21	Documentação	Opcional	KIT01
22	Observações	Opcional	√
23	Autor	Obrigatório	KIT01
24	Data	Obrigatório	KIT01
25	Tipo de registo	Obrigatório	KIT01

2.3. Segundo o modelo de estrutura-base de elementos de informação referido em 2.2., consideram-se:

2.3.1. *registos de inventário* aqueles que apresentam informação em todos os elementos (01 a 25);

2.3.2. *registos de pré-inventário* aqueles que apresentam informação nos elementos considerados de preenchimento obrigatório (01 a 10; 23 a 25).

2.4. Cada um dos 25 elementos de informação apresentados na tabela acima é, neste guia, objecto de uma *ficha de elemento* da qual constam os seguintes dados e indicações:

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Descreve a informação que é captada pelo elemento e indica os objectivos que se pretendem atingir com a utilização do elemento.
OBRIGAÇÃO	Indica se a utilização do elemento é obrigatória (essencial) ou opcional.
APLICABILIDADE	Indica o nível/escala ou tipo de objecto arquitectónico em cuja descrição o elemento é aplicável.
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	Expressa quais os requisitos necessários e condições que devem ser asseguradas antes da utilização do elemento, incluindo a dependência de valores específicos a inscrever noutros elementos ou subelementos e quais os efeitos que a utilização do elemento terá nos valores de outros elementos.
TERMOS A UTILIZAR	Lista e define, quando aplicável, os valores que podem ser utilizados no elemento.
FONTE	Referência aos tipos de fontes dos dados / informações a inscrever no elemento.
REGRAS DE PREENCHIMENTO	Indica e define as normas ou métodos que podem ser utilizados para codificar os dados / informações a inscrever no elemento.

OBSERVAÇÕES	Fornece informação adicional para ajudar à compreensão do objectivo e utilização do elemento.				
EXEMPLOS	Apresenta exemplos de preenchimento de dados / informações no elemento. Inclui <i>links</i> para registos de outros sistemas de inventário.				
COTEJO	<table><thead><tr><th>SIPA</th><th>IGESPAR</th></tr></thead><tbody><tr><td>Lista o(s) elemento(s) do SIPA correspondente(s) ao elemento ou a que respeita a presente ficha.</td><td>Lista o(s) elemento(s) a base de dados de inventários do IGESPAR correspondente(s) ao elemento a que respeita a presente ficha.</td></tr></tbody></table>	SIPA	IGESPAR	Lista o(s) elemento(s) do SIPA correspondente(s) ao elemento ou a que respeita a presente ficha.	Lista o(s) elemento(s) a base de dados de inventários do IGESPAR correspondente(s) ao elemento a que respeita a presente ficha.
SIPA	IGESPAR				
Lista o(s) elemento(s) do SIPA correspondente(s) ao elemento ou a que respeita a presente ficha.	Lista o(s) elemento(s) a base de dados de inventários do IGESPAR correspondente(s) ao elemento a que respeita a presente ficha.				

3. Fichas de elemento

01 CATEGORIA

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Inscribe a tipologia arquitectónica inicial ou consagrada do objecto a inventariar, de acordo com critérios pré-definidos e universalmente aceites, permitindo identificar a funcionalidade genérica e primordial, normalmente perdida e nem sempre evidente.	
OBRIGAÇÃO	Obrigatório.	
APLICABILIDADE	Todos os objectos arquitectónicos.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	A <i>Categoria</i> condiciona e é condicionada pelos valores a inscrever nos elementos <i>Tipo, Tipologia, Utilização inicial e Utilização actual</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Edifício e estrutura construída religiosa.	
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO	A informação a inscrever neste elemento deve obedecer à seguinte formulação: <i>Edifício e estrutura construída religiosa</i>	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	> Edifício e estrutura construída religiosa	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Código tipológico	Categoria de pesquisa

02 TIPO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Identifica a função específica, actual ou consagrada, do objecto arquitectónico a inventariar, independentemente da comumente aceite e divulgada, permitindo, em alguns casos, conjecturar sobre os objectos que lhes ficam imediatos, por vezes desaparecidos, sendo possível reconstituir as primitivas malhas urbanas ou rurais e definir o papel que esses objectos arquitectónicos tiveram no desenvolvimento das mesmas.	
OBRIGAÇÃO	Obrigatório.	
APLICABILIDADE	Todos os objectos arquitectónicos.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	O <i>Tipo</i> condiciona e é condicionado pelos valores a inscrever nos elementos <i>Categoria</i> , <i>Tipologia</i> , <i>Utilização inicial</i> e <i>Utilização actual</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Convento	Ordem franciscana capucha: Província da Arrábida Província da Piedade Província da Soledade Província de Santo António Real Província da Conceição
FONTE	Anexo B CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, “Conventos”, in Dicionário de História Religiosa de Portugal, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 21-22.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	A informação a inscrever neste elemento deve obedecer à seguinte formulação: 1 - <i>Convento</i> : <i>Ordem franciscana capucha</i> - [indicação da província].	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	> Convento: Ordem franciscana capucha - Província da Piedade > Convento: Ordem franciscana capucha - Real Província da Conceição	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Código tipológico	Categoria de pesquisa

03 IDENTIFICADOR – ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

04 DESIGNAÇÃO – ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO					
OBRIGAÇÃO					
APLICABILIDADE					
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO					
TERMOS A UTILIZAR					
FONTE					
REGRAS DE PREENCHIMENTO					
OBSERVAÇÕES					
EXEMPLOS					
COTEJO	<table border="1"><tr><td>SIPA</td><td>IGESPAR</td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	SIPA	IGESPAR		
SIPA	IGESPAR				

05 LOCALIZAÇÃO – ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO					
OBRIGAÇÃO					
APLICABILIDADE					
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO					
TERMOS A UTILIZAR					
FONTE					
REGRAS DE PREENCHIMENTO					
OBSERVAÇÕES					
EXEMPLOS					
COTEJO	<table border="1"><tr><td>SIPA</td><td>IGESPAR</td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	SIPA	IGESPAR		
SIPA	IGESPAR				

06 ACESSO – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

07 PROTECÇÃO – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

08 ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO					
OBRIGAÇÃO					
APLICABILIDADE					
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO					
TERMOS A UTILIZAR					
FONTE					
REGRAS DE PREENCHIMENTO					
OBSERVAÇÕES					
EXEMPLOS					
COTEJO	<table border="1"><tr><td>SIPA</td><td>IGESPAR</td></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	SIPA	IGESPAR		
SIPA	IGESPAR				

09 IMAGEM – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

10 ENQUADRAMENTO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	<p>Descrição resumida da envolvente do objecto arquitectónico, nas suas vertentes geofísica, histórica e sócio-cultural, do modo de inserção na envolvente e das relações do objecto com o meio.</p> <p>Regista o conhecimento do objecto numa perspectiva mais abrangente, considerando a sua integração numa escala ou parcela urbana ou no meio rural, proporcionando um melhor conhecimento do mesmo e da relação recíproca com o meio envolvente</p>	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objectos arquitectónicos.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR	Contexto genérico do objecto:	<ol style="list-style-type: none"> 1.Urbano 2.Peri-urbano (periferia) 3.Rural 4.Marítimo
	Meio físico envolvente	<ol style="list-style-type: none"> 1.Encosta, meia encosta, socalco 2.Planície 3.Desnivelado relativamente à envolvente <ol style="list-style-type: none"> 3.1.Em cota superior
	Articulação com tecido urbano ou rural adjacente	<ol style="list-style-type: none"> 1.Morfologia da parcela onde se insere o objecto <ol style="list-style-type: none"> 1.1.Estruturante ou condicionante da via pública 2.Relação do objecto com as parcelas imediatas: <ol style="list-style-type: none"> 2.1.Adossado 2.2.Isolado 3.Existência de terrenos de cultivo, quintas de produção agrícola, terrenos de vegetação espontânea 4.Existência de espaços verdes (jardim, parque, mata), compostos por canteiros, caminhos, árvores, arbustos, sebes, estatuária, lagos ou outras estruturas construídas 4.Objectos que se destacam, do ponto de vista arquitectónico, na envolvente
	Tipo de espaço exterior público que o envolve ou margina	<ol style="list-style-type: none"> 1.Elementos de acesso <ol style="list-style-type: none"> 1.1.Escada <ol style="list-style-type: none"> 1.1.1.Lanço simples 1.1.2.Lanços divergentes e

		<p>convergentes</p> <p>1.2.Rampa (inclinada ou pouco pronunciada)</p> <p>1.3.Calçada (em lajeado ou calçada)</p> <p>1.4.Existência de cruzeiro(s)</p> <p>2.Terreiro</p> <p>2.1.Pavimento em lajeado</p> <p>2.2.Pavimento em terra batida</p> <p>2.3.Ajardinado ou parcialmente ajardinado</p> <p>2.4.Elementos do terreiro</p> <p>2.4.1.Portão (madeira ou ferro)</p> <p>2.4.1.1.Remate em nicho (vazio ou com imagem)</p> <p>2.4.1.2.Remate com imagens (identificar os santos franciscanos figurados)</p> <p>2.4.2.Cruzeiro</p> <p>2.4.3.Capelas (1 a 3)</p> <p>2.4.4.Nichos</p> <p>2.4.5.Chafariz</p>
FONTE	Objecto arquitectónico e o meio envolvente; cartografia, ortofotomapas e imagem de satélite; bibliografia e documentação de arquivo, com referência a processos de expansão, ocupação e/ou consolidação urbana e territorial.	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	<p>A informação a inscrever neste elemento deve obedecer à seguinte formulação, que contempla vários níveis de leitura (do geral para o particular):</p> <p>[Indicação do contexto genérico em que se insere o objecto arquitectónico].</p> <p>[Indicação do meio físico que o envolve].</p> <p>[Indicação do processo de desenvolvimento do tecido urbano ou rural].</p> <p>[Indicação dos eixos definidores que envolvem o objecto].</p> <p>[Indicação dos elementos que constituem o seu meio envolvente adjacente].</p>	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	<p>Urbano.</p> <p>Implantado a meia encosta, em cota bastante superior à zona envolvente, com acesso por escadaria frontal de lanços convergentes e divergentes, pontuado, no patim intermédio, por cruzeiro em cruz latina, assente em dado, onde surge gravada a data “1712”.</p> <p>Encontra-se integrado na zona de expansão oitocentista e novecentista do núcleo em que se insere, de traçado linear e que ocupou antigas parcelas rurais e da própria cerca do objecto arquitectónico.</p> <p>Ergue-se junto a uma das principais vias públicas do núcleo urbano, pavimentada a alcatrão.</p> <p>Isolado e destacado, formando um amplo terreiro, rodeado por casas de habitação plurifamiliar e possuindo, na proximidade, um jardim público de planta rectangular, vedado e composto por dois socalcos ajardinados, que dão para uma ampla avenida pedonal, em terra batida.</p> <p>No terreiro, fechado por portão de ferro, encimado por nicho com a imagem de Santo António, surge uma capela dedicada a Santa Maria</p>	

	<p>Madalena, de planta rectangular simples, com cobertura a duas águas, com fachadas rebocadas e pintadas de branco, tendo acesso por porta em arco de volta perfeita, assente em pilastras toscanas, com o interior algo deteriorado, contendo uma imagem do orago a adorar um Crucificado e um altar em cantaria. Adossado a um dos muros do terreiro, fonte de espaldar simples, com bica em forma de florão, que verte para tanque rectangular simples. O edifício encontra-se adossado à Igreja Terceira de São Francisco e respectivo edifício da Casa do Despacho e arquivo.</p>	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Enquadramento	Descrições / Nota histórica-artística

11 DESCRIÇÃO

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	<p>Registo da observação objectiva e sucinta da estrutura e elementos caracterizantes do objecto arquitectónico, nas suas vertentes funcionais, morfológicas e decorativas.</p> <p>Permite, ao registar o tipo de estrutura e elementos que compõem o objecto arquitectónico, em determinado momento, detectar qualquer alteração que o mesmo venha a sofrer em períodos posteriores. Permite, ainda, clarificar a estrutura do objecto, utilizando uma linguagem consagrada nas áreas da arquitectura, reabilitação e História da Arte.</p>	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os objectos arquitectónicos.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR	Forma da planta	<p>1.Conjunto conventual:</p> <p>1.1.Rectangular (regular ou irregular)</p> <p>2.Igreja</p> <p>2.1.Rectangular com eixo longitudinal interno, com nave antecedida por galilé, falso transepto e capela-mor mais estreita</p> <p>2.2.Nave</p> <p>2.2.1.Simples (domina na Província da Arrábida)</p> <p>2.2.2.Com uma capela, fronteira à porta de ligação ao convento, formando um falso transepto (tipo mais comum em todas as Províncias)</p> <p>2.2.3.Com várias capelas intercomunicantes ou não (esquema utilizado em algumas igrejas da Província de Santo António e, mais raramente, na Real Província da Conceição)</p> <p>2.3. Capela-mor</p> <p>2.3.1.Profunda (tipo de solução utilizado nos conventos fundados em épocas mais recuados, para a inclusão do cadeiral do coro neste espaço)</p> <p>2.3.2.Pouco profunda (maioria)</p> <p>3.Zona regral</p> <p>3.1.Rectangular (regular ou irregular, podendo ter corpos salientes em eixo)</p> <p>4.Cerca</p>

	4.1.Rectangular (regular ou irregular)
Volumetria	<p>1.Composta (dois a três corpos)</p> <p>1.1.Igreja</p> <p>1.1.1.Espaços funcionais articulados e escalonados</p> <p>1.2.Zona regral e/ou zona colegial</p> <p>1.2.1.Espaços funcionais articulados</p> <p>2. Relação igreja - espaço regral</p> <p>2.1.Igreja à direita do espaço regral (solução dominante na Real Província da Conceição)</p> <p>2.2.Igreja à esquerda do espaço regral</p>
Correspondência entre elementos de composição exterior e orgânica funcional interior	1.Correspondência clara
Coberturas externas	<p>1.Forma</p> <p>1.1.Inclinada</p> <p>1.1.1.Várias águas</p> <p>2.Materiais de revestimento</p> <p>2.1.Telha de barro</p> <p>3.Elementos de remate</p> <p>3.1.Clarabóias (raramente utilizado na iluminação dos dormitórios ou capelas)</p> <p>3.2.Chaminés</p> <p>3.3.Pináculos</p>
Igreja: Fachada principal	<p>1.Fachada harmónica</p> <p>2.Fachada simples</p> <p>2.1.Remate em empena</p> <p>2.1.1. Empena simples</p> <p>2.1.1.1. Com duas sineiras</p> <p>2.1.2.Empena recortada (solução erudita escolhida pela Real Província da Conceição, sendo rara nas demais)</p> <p>2.2.Remate em frontão</p> <p>2.2.1 Frontão triangular</p> <p>2.2.2.Frontão semicircular (solução bastante rara)</p> <p>2.2.3.Frontão sem retorno</p> <p>3.Cunhais e modinaturas</p> <p>3.1.Silhares simples</p> <p>3.2.Silhares almofadados (utilizado nas Províncias de Santo António, Arrábida e Real Província da Conceição)</p> <p>4.Revestimento: rebocado e pintado de branco</p> <p>5.Vão de acesso à galilé</p> <p>5.1.Em arco abatido (privilegiado na Província de Santo António, Piedade e</p>

	<p>Conceição)</p> <p>5.2.Em três arcos de volta perfeita (utilizado preferencialmente na Província da Arrábida)</p> <p>5.3.Serliana (utilizado exclusivamente na Província da Arrábida)</p> <p>6.Janelão do coro</p> <p>6.1.Rectilíneo</p> <p>6.2.Em leque (apenas utilizado na Real Província da Conceição)</p> <p>7.Nichos (utilizados preferencialmente pela Real Província da Conceição)</p> <p>7.1.De um a quatro, de volta perfeita e contendo santos franciscanos (se possível proceder à identificação), em cantaria ou terracota pintada</p> <p>7.2.Elementos decorativos</p> <p>7.2.1.Avental</p> <p>7.2.2.Brincos</p> <p>7.2.3.Cornijas</p> <p>7.2.4.Frontões</p> <p>7.2.5.Pingentes</p>
Igreja: galilé	<p>1.Cobertura em abóbada de aresta</p> <p>2.Pavimento</p> <p>2.1.Em lajeado</p> <p>2.2.Em ladrilho cerâmico</p> <p>2.3.Eventual existência de sepulturas</p> <p>3.Revestimento</p> <p>3.1.Reboco</p> <p>3.2.Azulejo de padrão ou figurativo (identificar temática)</p> <p>4.Portal axial de verga recta</p> <p>4.1.Encimado por nicho com imagem</p> <p>4.2.Encimado por cornija simples ou contracurva</p> <p>4.3.Encimado por frontão</p> <p>4. Capela do Senhor dos Passos no lado direito ou esquerdo, fronteira à portaria de acesso ao convento</p> <p>4.1.Profunda ou pouco profunda</p> <p>4.2.Rebocada ou revestida a azulejo</p> <p>4.3.Cobertura plana ou em abóbada</p> <p>4.4.Portadas cegas ou envidraçadas</p>
Igreja: iluminação	<p>1.Janelas unilaterais, em capialço</p> <p>2.Janelas bilaterais, em capialço</p> <p>3.Referir a eventual existência de janelas fingidas (pintadas)</p>
Igreja: cobertura	<p>1.Falsas abóbadas de berço, assentes em friso e cornija de cantaria, com estrutura interna de madeira</p>

	<p>1.1.Forro em madeira (encerada ou pintada)</p> <p>1.2.Forro em estuque pintado</p>
Igreja: pavimento	<p>1.Lajeado com sepulturas</p> <p>1.1.Armoriadas e/ou com inscrições</p> <p>2.Taburnos de madeira com régua de cantaria</p> <p>3.Solho</p> <p>4.Ladrilho cerâmico (colocação recente)</p>
Igreja: paredes	<p>1.Rebocadas e pintadas de branco</p> <p>2.Existência de silhares de azulejo de padrão, figura avulsa ou figurativo (identificar temática)</p>
Igreja: coro-alto	<p>1.Arco abatido assente em:</p> <p>1.1.Pilastras</p> <p>1.2.Mísulas simples ou decoradas</p> <p>1.3.Embebido na parede</p> <p>2.Cobertura do sub-coro</p> <p>2.1.Falsa abóbada de aresta</p> <p>2.2.Falsa abóbada de berço abatido</p>
Igreja: capelas laterais	<p>1.Número de capelas (1 a 7)</p> <p>2.Se possível identificar invocações</p> <p>3.À face ou profundas</p> <p>4.Acesso por arco de volta perfeita assente em pilastras toscanas</p> <p>5.Cobertura em falsa abóbada de berço</p> <p>6.Número de janelas ou clarabóias</p> <p>7.Existência de azulejo figurativo ou de padrão (podem existir enxaquetados pintados, formando falsa padronagem)</p> <p>8.Verificar existência de carneiros, sepulturas, pedras de armas ou lápides</p>
Igreja: porta de acesso ao claustro	<p>1.À face ou profunda</p>
Igreja: confessionários	<p>1.Rasgados no muro, de 1 a 6</p> <p>1.1.Unilaterais</p> <p>1.2.Bilaterais</p> <p>2.No caso da nave ter capelas intercomunicantes, surgem na base dos arcos</p> <p>3.Perfis rectilíneos ou em arco de volta perfeita, com portas de madeira e ralo de comunicação</p>
Igreja: arco triunfal	<p>1.Arco de volta perfeita assente em pilastras toscanas</p> <p>2.Encimado por pedra de armas (identificar se possível)</p>
Igreja: capelas colaterais	<p>1.Número de duas e identificar invocações</p> <p>2.Situação:</p> <p>2.1.Inseridas em arco de volta perfeita</p>

	2.2.Estruturas retabulares dispostas em ângulo
Igreja: capela-mor	<ol style="list-style-type: none"> 1.Paredes rebocadas e pintadas de branco, podendo ostentar azulejo de padrão ou figura avulsa 2.Cobertura em falsa abóbada de berço, rebocada ou com painéis pintados (se possível identificar temática) 3.Existência do túmulo do padroeiro 4.Existência de sepulturas no pavimento 5.Existência de cripta 6.Existência de tribuna lateral (casos raros) 7.Porta de verga recta de acesso à zona regral
Igreja: elementos de comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1.Torre sineira na fachada principal ou posterior, com remate em coruchéu piramidal. 2.Fachada harmónica com 2 torres sineiras 3.Duas sineiras a flanquear a empena 2.Campanário com registo inferior cego e de 1 a 3 sineiras em arco de volta perfeita, situado no lado da zona regral
Zona regral: pisos	<ol style="list-style-type: none"> 1.Abaixo do solo: cave 2.Acima do solo: 1 a 3 pisos
Zona regral: fachadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Materiais de revestimento: <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Reboco 1.2.Pintura de cor branca 2.Elementos de composição da fachada <ol style="list-style-type: none"> 2.1.Registos: dois a três 2.2.Cunhais simples ou apilastrados 2.3.Formas de remate <ol style="list-style-type: none"> 2.3.1.Inferior <ol style="list-style-type: none"> 2.3.1.1.Embasamento 2.3.2.Superior <ol style="list-style-type: none"> 2.3.2.1.Friso, cornija e beirada 2.3.2.1.Cornija e beirada 3.Vãos <ol style="list-style-type: none"> 3.1.Portas de verga recta e moldura de cantaria 3.2.Janelas <ol style="list-style-type: none"> 3.2.1.Janelas de peitoril 3.2.2.Janelas de sacada, correspondendo à janela regral <ol style="list-style-type: none"> 3.2.2.1.Guardas vazadas em metal 3.2.2.2.Guardas balaustradas 3.2.3.Janelas de varandim, correspondendo à janela regral <ol style="list-style-type: none"> 3.2.3.1.Guardas vazadas em metal

	3.2.3.2. Guardas balaustradas
Zona regral: elementos de distribuição	<p>1. Claustro quadrangular</p> <p>1.1. Número de pisos: 1 (comum na Província da Arrábida) a 3</p> <p>1.2. Vãos nas alas – 2 a 6</p> <p>1.2.1. Vãos do primeiro piso</p> <p>1.2.1.1. Vãos em arco de volta perfeita</p> <p>1.2.1.2. Vãos em arco abatido</p> <p>1.2.1.3. Vãos arquivados</p> <p>1.2.1.4. Sustentados por colunas (toscanas ou jónicas) ou pilares</p> <p>1.2.2. Vãos do segundo piso (<i>varandas</i>)</p> <p>1.2.2.1. Vãos em arco abatido</p> <p>1.2.2.2. Arquivados</p> <p>1.2.2.2. Sustentados por colunas (toscanas ou jónicas)</p> <p>1.3. Coberturas:</p> <p>1.3.1. Em abóbada de aresta no primeiro piso</p> <p>1.3.2. Forro de madeira no segundo piso</p> <p>1.4. Pavimento:</p> <p>1.4.1. Em lajeado, formando sepulturas, algumas com inscrições e armoriadas no primeiro piso</p> <p>1.4.2. Ladrilho ou madeira no segundo piso</p> <p>1.5. Nome das alas:</p> <p>1.5.1. Ala dos confessionários (no primeiro piso, junto à igreja)</p> <p>1.5.2. Ala do cemitério dos frades (no primeiro piso, na saída da igreja)</p> <p>1.5.3. Ala do coro-alto (no segundo piso, junto à igreja)</p> <p>2. Escadas</p> <p>2.1. Escada regral (liga a zona de refeição e reunião ao segundo piso – dormitórios e não existe em todos os conventos, estando ausente nos mais antigos)</p> <p>2.1.1. Nicho ou oratório no patamar</p> <p>2.2. Escada das matinas (liga a Via Sacra ao segundo piso – corredor do coro-alto; nos conventos mais antigos só surge esta escada de acesso ao piso superior)</p>
Zona regral: compartimentos e espaços	<p>1. Articulação</p> <p>1.1. Dependências independentes, com</p>

	<p>acesso por corredores</p> <p>1.2.Dependências intercomunicantes</p> <p>1.3.Abertura para o claustro na zona regal</p> <p>2.Cave</p> <p>2.1.Adega</p> <p>2.2.Armazéns</p> <p>3.Piso inferior</p> <p>3.1.Portaria (com acesso pela galilé)</p> <p>3.1.1.Armário</p> <p>3.1.2.Nicho simples ou forrado a azulejo</p> <p>3.1.3.Roda (não existe em todas as Províncias, sendo mais comum na da Arrábida, onde a clausura era exacerbada)</p> <p>3.2.Capelas (situados em locais diversos)</p> <p>3.2.1.Acesso por arco de volta perfeita</p> <p>3.2.2.Coberturas em falsa abóbada de berço</p> <p>3.3.3.Pavimento em lajeado</p> <p>3.3.Casa do Capítulo (na fachada principal ou na ala fronteira)</p> <p>3.3.1.Cobertura em forro de madeira</p> <p>3.3.2.Pavimento em lajeado ou ladrilho</p> <p>3.3.3.Paredes com revestimento de azulejo de padrão ou figura avulsa</p> <p>3.3.3.Illuminada por duas pequenas frestas, que ladeiam o altar</p> <p>3.3.4.Sepultura do padroeiro</p> <p>3.3.5.Bancos corridos assentes em mísulas</p> <p>3.4.Via Sacra (com acesso directo pela capela-mor)</p> <p>3.4.1.Tecto plano ou em falsa abóbada</p> <p>3.4.2.Revestimento a azulejo de padrão</p> <p>3.4.3.Pavimento em lajeado com sepulturas</p> <p>3.5.Sacristia (ao lado da Via Sacra)</p> <p>3.5.1.Tecto em caixotões pintados</p> <p>3.5.1.1.Pintura decorativa</p> <p>3.5.1.2.Pintura historiada (se possível identificar temática)</p> <p>3.6.Casa do Lavabo (pode não existir, estando o lavabo na sacristia, solução</p>
--	---

	<p>comum na Província da Arrábida)</p> <p>3.7.<i>De Profundis</i> (situado na ala oposta à igreja ou na fachada posterior, ligando ao refeitório)</p> <p>3.7.1.Pavimento em lajeado</p> <p>3.7.2.Bancos corridos assentes em mísulas</p> <p>3.8.Refeitório (situado na ala oposta à igreja ou na fachada posterior)</p> <p>3.8.1.Tecto em madeira com caixotões</p> <p>3.8.2.Pavimento em lajeado</p> <p>3.8.3.Revestimento a azulejo (enxaquetado, figura avulsa ou de padrão)</p> <p>3.8.4.Bancos corridos assentes em mísulas</p> <p>3.8.5.Mesas de madeira</p> <p>3.8.5.Ministra (vão de ligação à cozinha)</p> <p>3.9.Cozinha (situado na ala oposta à igreja ou na fachada posterior)</p> <p>3.9.1.Ministra (vão de ligação ao refeitório)</p> <p>3.9.2.Cantareiras rasgadas nas paredes</p> <p>4.Segundo piso</p> <p>4.1.Dormitórios (situados na ala da fachada principal e na oposta à igreja, sobre o refeitório)</p> <p>4.1.1.Número e denominação (Dormitório do coro, Dormitório novo...)</p> <p>4.1.2.Corredores dos dormitórios</p> <p>4.1.2.1.Cobertura em forro de madeira</p> <p>4.1.2.2.Cobertura em falsa abóbada de berço, rebocada e pintada</p> <p>4.1.2.3.Pavimento em soalho</p> <p>4.1.3.Celas (número e tipo de divisão - taipa ou tabique)</p> <p>4.1.3.1.Cela do guardião (de maiores dimensões; se possível localizá-la)</p> <p>4.2.Livraria e arquivo (ala da fachada posterior)</p> <p>4.2.1.Oratório (existe em raros conventos)</p> <p>4.3.Capelas (comum a Capela da</p>
--	---

	<p>Varanda, maioritariamente dedicada à Virgem)</p> <p>4.3.1.Acesso por arco de volta perfeita</p> <p>4.3.2.Coberturas em falsa abóbada de berço</p> <p>4.3.3.Pavimento em lajeado</p> <p>4.3.4.Existência ou não de sacristia</p> <p>4.4.Enfermaria (ala da fachada posterior)</p> <p>4.4.1.Catres (2 a 5)</p> <p>4.4.2.Nicho para oratório</p> <p>4.4.3.Botica</p> <p>4.4.4.Quarto do irmão boticário</p> <p>4.4.5.Varanda (características: sacada, tipo de colunas, tipo de guarda, pedras de armas)</p> <p>4.5.Rouparia</p> <p>4.6.Barbearia</p> <p>4.7.Necessárias (instalações sanitárias)</p> <p>4.7.1.Ligadas ao dormitório por passadiço</p> <p>5.Piso superior</p> <p>5.1.Dormitórios</p> <p>5.1.1.Número e denominação (Dormitório novo...)</p> <p>5.1.2.Corredores dos dormitórios</p> <p>5.1.2.1.Cobertura em forro de madeira (podem ser abertas por clarabóias)</p> <p>5.1.2.2.Cobertura em falsa abóbada de berço, rebocada e pintada</p> <p>5.1.2.3.Pavimento em soalho</p> <p>5.1.3.Celas (número e tipo de divisão - taipa ou tabique)</p> <p>5.2.Necessárias (instalações sanitárias)</p> <p>5..2.1.Ligadas ao dormitório por passadiço</p> <p>5.3.Cárcere (junto à igreja)</p> <p>6.No primeiro ou segundo piso</p> <p>6.1.Hospedaria de dentro</p> <p>6.2.Casa do fogo</p> <p>6.2.1.Chaminé</p> <p>6.2.2.Bancos corridos assentes em mísulas</p>
Cerca	<p>1.Existência ou não de linha de água</p> <p>2.Terreno plano ou em declive</p>

	<p>3.Jardim formal (características) 4.Pomar plano ou em socalcos 5.Vinha em socalcos e conduzida em latada 6.Horta 7.Mata (tipo de árvores) 8.Capelas (identificar orago e caracterizar) 9.Cruzeiros da Via Sacra 10.Sistema hidráulico 10.1.Capelas-fontes 10.2.Fontes 10.3.Tanques de rega (1 a 2) 10.4.Canos e levadas 10.5.Aquedutos 10.6.Minas 10.7.Poços-cisterna 11.Hospedaria de fora 12.Casa dos moços 13.Coberto da lenha 14.Casa do forno 15.Galinheiro 16.Pocilga 17.Moinho 18.Muro 18.1.Porta carral (podem existir outras portas, como a da horta, a do pomar ou a da vinha, revelando que estes espaços tinham cercas próprias)</p>
FONTE	Objecto arquitectónico, plantas e material fotográfico (antigo e actual).
REGRAS DE PREENCHIMENTO	<p>Indicação dos dados a partir do geral para o particular, apoiando-se na seguinte estrutura: [Indicação do tipo de planta geral do objecto arquitectónico, indicando se é poligonal, especificando, se possível, a forma]. [Indicação se o objecto arquitectónico é simples ou composto e, neste caso, referir o tipo de articulação entre os vários corpos]. Caso seja pertinente: [Indicação da estrutura do objecto relativamente aos materiais e abordagem ao tipo de técnicas construtivas]. [Indicação da planta da igreja, do tipo de coberturas, relativamente à sua forma, materiais e elementos que as integram]. [Indicação do tipo de iluminação da igreja] [Indicação do tipo de coberturas interiores, pavimentos e paredes, com respectivos revestimentos] [Indicação dos elementos arquitectónicos que compõem o interior do objecto arquitectónico] [Indicação da planta da zona regal, número de pisos e tipo de fachadas, elencando os seus componentes estruturais e respectivas características]. [Indicação da análise do interior da zona regal do objecto arquitectónico, quanto aos elementos de distribuição espacial, organização social e funcional das dependências] , [Indicação dos espaços e tipo de articulação entre eles, referindo as características das coberturas interiores (tectos), dos pavimentos e das paredes]. Caso seja pertinente e em caso de grande adulteração do objecto</p>

	<p>arquitectónico: [Indicação da existência de instalações especiais]. [Indicação da planimetria da cerca, dos elementos que a compõem e a forma de distribuição e interligação entre os mesmos].</p>
OBSERVAÇÕES	
EXEMPLOS	<p>> Convento de Santa Maria de Mosteiró (PT011608030013)</p> <p>O Convento de Santa Maria de Mosteiró forma um rectângulo irregular, pela necessidade de adaptação de um espaço medieval, criando-se, na ala Nordeste, um ligeiro ângulo obtuso relativamente às demais, de volumes articulados, composto por igreja de planta longitudinal e por zona conventual rectangular, com uma das alas, a Nordeste, a prolongar-se ligeiramente. O acesso ao Convento processa-se por escadaria, que leva a um terreiro murado, em rampa, ficando um cruzeiro no exterior, fronteiro à entrada no recinto. A IGREJA é de planta longitudinal composta por nave, falso transepto e capela-mor mais estreita. Tem a fachada principal em empena, rasgada pelo arco abatido de acesso à galilé, encimado por um óculo oval, ornado, superiormente, por pequeno querubim; o portal axial é de verga recta, onde consta a data incisa de 1392, encimado por um falso nicho pintado, de decoração novecentista. Confrontantes, duas portas semelhantes, a do lado esquerdo de acesso à antiga portaria, surgindo, no lado oposto, a antiga Capela do Senhor dos Passos, de que se preserva uma plataforma de alvenaria, onde se erguia a primitiva imagem. Fachadas laterais rasgadas por duas janelas em capialço na zona da nave e uma na da capela-mor, sendo a posterior em empena simples. O INTERIOR tem coberturas em falsas abóbadas de berço de madeira, assentes em friso e cornija de cantaria, e pavimento em lajeado, constituindo sepulturas. Coro-alto em arco abatido, assente em pilastras toscanas, com cobertura do sub-coro em falsa abóbada de berço abatido. No lado da Epístola, ergue-se uma capela lateral profunda, de dois tramos, com cobertura em falsa abóbada de madeira, e iluminada por duas janelas, actualmente dessacralizada, tendo, no lado oposto, um vão profundo, constituindo o acesso à zona regral. No lado do Evangelho, surgem três vãos de verga recta e molduras de cantaria, formando os primitivos confessionários. Arco triunfal de volta perfeita, assente em pilastras toscanas, dando acesso, por um degrau, à capela-mor. No lado do Evangelho, porta para a ZONA REGRAL, através da Via Sacra, onde surgem as Escadas das Matinas, de um só lanço, tendo anexas a sacristia e casa do lavabo. O convento desenvolve-se em torno de um amplo claustro quadrangular, com seis vãos por ala, em arco abatido e assentes em pilares de cantaria, encimados por vãos arquivados no segundo piso e em igual número. As alas têm coberturas em falsas abóbadas de berço, tendo, no primeiro piso, pavimento em lajeado de granito, com vestígios de antigas sepulturas, e, no superior, em ladrilho cerâmico. No piso inferior, na ala Sudoeste, a mais bem conservada, desenvolve-se o corredor dos confessionários, onde se implantam os vãos correspondentes aos mesmos. Ao lado da sacristia, desenvolvia-se a casa do Capítulo, bastante arruinada, ocupando, com aquela, a totalidade da ala Sudeste do Convento. A ala Nordeste, exteriormente bem conservada, mas com o interior completamente deteriorado, é composta pela adega, uma despensa, a cozinha e o refeitório, sendo possível discernir o forno e a chaminé da primeira, bem como a porta de acesso à sala de refeições. No segundo piso, identifica-se, na ala Sudeste, o acesso à antiga livraria, surgindo, na virada a Sudoeste, o corredor do coro; o número de janelas que se mantêm na fachada principal e na face que abre para a varanda do claustro, informa-nos que, nesta ala, existiam doze celas, separadas por um corredor central, iluminado por uma janela regral, marcada por uma sacada metálica. A CERCA, fechada em todo o perímetro por</p>

	<p>muros altos, compreende uma mata e tinha duas hortas gandes e férteis, um pomar, dois panascos e um tojal. Disseminadas pelo espaço, surgem vestígios das quatro ermidas, duas dedicadas a Nossa Senhora da Conceição, uma nas imediações do Convento; a outra fica no interior do bosque, onde também se situa a Ermida de Santo António e, junto à antiga horta, a dedicada a São Domingos. Ligada à actividade agrícola, surge uma azenha, denominada como Moinho Alveiro, beneficiando do facto da cerca ser atravessada por uma linha de água.</p>	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Descrição	Descrições / Nota histórica-artística

12 ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

13 CRONOLOGIA – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

14 TIPOLOGIA

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Regista a identificação e caracterização dos traços distintivos do tipo do objecto arquitectónico e as correspondentes soluções espaciais, estruturais, construtivas e estilísticas, permitindo a sua melhor compreensão, análise e eventual valoração por comparação com outros objectos pertencentes ao mesmo tipo; pode-se, ainda, registar, as características que o singularizam relativamente a outros objectos similares.	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objectos arquitectónicos.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	A <i>Tipologia</i> condiciona e é condicionado pelos valores a inscrever nos elementos <i>Categoria</i> , <i>Tipo</i> , <i>Utilização inicial</i> e <i>Utilização actual</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Classificação tipológico-funcional	Arquitectura religiosa
	Classificação cronológica ou estilística	1. Idade Média 1.1. Gótico 1.2. Manuelino 2. Idade Moderna 2.1. Estilo chão 2.2. Maneirista 2.3. Barroca 2.4. Neoclásica
	Tipo de planta	1. Poligonal 1.1. Rectangular
	Sistema de distribuição espacial interno	1. Organização do espaço 1.1. Igreja de eixo longitudinal com nave, falso transepto e capela-mor 1.2. Igreja de eixo longitudinal com nave, capelas laterais, falso transepto e capela-mor 1.3. Zona regral organizada em torno de claustro 2. Espaços de acesso 2.1. Galilé (igreja) 2.2. Portaria (zona regral) 3. Espaços de distribuição 3.1. Escadas 3.1. Corredores
	Tipo de coberturas interiores	1. Falsas abóbadas 1.1. Abóbada de berço 1.2. Abóbada de arestas 2. Caixotões
	Sistema de iluminação	1. Bilateral 2. Unilateral 3. Zenital
	Elementos que compõem as	1. Igreja com fachada principal em empena

	<p>fachadas, pisos e articulação de espaços internos</p> <p>ou frontão, com sineiras nos ângulos</p> <p>2. Galilé com portal axial de verga recta</p> <p>3. Sistema de suporte do arco do coro-alto</p> <p>4. Número de confessionários e se são uni ou bilaterais</p> <p>5. Número de capelas laterais</p> <p>6. Capelas colaterais em arco ou em ângulo</p> <p>7. Zona regral com ala da fachada principal marcada pela Portaria, capela, casa do capítulo (pode surgir na ala oposta); ala oposta com Via Sacra, sacristia e casa do lavabo; ala paralela à igreja com <i>De Profundis</i>, escada regral, refeitório, cozinha e despensa; adega na cave; segundo piso com dormitório, dividido em corredores centrais que ligam às celas, iluminadas por uma janela, enfermaria, livraria e barbearia – definir a relação entre eles.</p> <p>8. Cerca murada com porta carral, possuindo vinha em socalcos e pomar.</p> <p>9. A água entra na cerca por um aqueduto, que transporta a água até aos tanques de rega e destes para a zona regral e sacristia.</p>
FONTE	Objecto arquitectónico, bibliografia e documentação arquivística, disponíveis sobre o objecto arquitectónico; elemento <i>Descrição</i> do registo de inventário.
REGRAS DE PREENCHIMENTO	<p>A informação a inscrever neste elemento deve obedecer às seguintes formulações:</p> <p><i>Arquitectura</i> [indicação da classificação tipológico-funcional] , [indicação do período artístico].</p> <p>1 – Caso não seja possível uma inclusão num estilo específico: <i>Arquitectura</i> [Indicação da categoria] [indicação da época aproximada de construção]. [Indicação do tipo de planta]</p> <p>2 – Caso seja pertinente: [indicação da articulação dos compartimentos e espaços e elementos de distribuição espacial] [Indicação do tipo de coberturas interiores] [Indicação do sistema de iluminação interior] [Indicação da caracterização genérica das fachadas] [Indicação da relação entre os espaços funcionais internos] [Indicação dos elementos que compõem a cerca e elementos hidráulicos]</p>
OBSERVAÇÕES	
EXEMPLOS	<p>> Convento de São Francisco de Elvas (PT041207030041)</p> <p>Arquitectura religiosa, maneirista. Convento franciscano capucho da Província da Piedade, de planta rectangular simples, composto pela igreja de planta longitudinal, antecedida por galilé com acesso por arco abatido e cobertura em abóbada de aresta, e a zona conventual, que se</p>

	<p>desenvolve em torno de claustro quadrangular, evoluindo em dois pisos, com três arcadas por ala, de volta perfeita no piso inferior e assentes em colunas cilíndricas e em arco abatido na superior, assente em pilares toscanos. Em torno do conjunto, resta o perímetro da cerca. A igreja possui planta longitudinal simples, composta por nave e capela-mor mais estreita, com coberturas interiores em falsas abóbadas de berço e iluminada unilateralmente por janelas rasgadas na fachada lateral direita, marcada por contrafortes. Fachada principal em empena, ladeada por duas sineiras em arco de volta perfeita, rasgada pelo acesso à galilé, para onde abre o portal da igreja, o da capela adossada e o da antiga portaria, este de acesso ao Arquivo Municipal e todos de verga recta, encimada pela janela do coro. Interior com pequeno coro-alto, púlpito no lado do Evangelho, com acesso por porta de verga recta, através do claustro, e porta de acesso a este espaço de circulação. Possui arco triunfal de volta perfeita, com as armas do padroeiro, ladeado por dois nichos de volta perfeita, onde se integram os retábulos colaterais. O convento possui a antiga portaria que liga ao claustro, o qual tem acesso directo à cerca e porta de ligação à Via Sacra, onde surgem as escadas das matinas que acedem ao segundo piso, onde surgem corredores de circulação abobadadas, iluminados por janelas regrais, possuindo portas semelhantes, de pequenas dimensões e molduras boleadas, de acesso às celas, viradas à fachada principal e à lateral esquerda, à hospedaria, livraria e outras dependências, transformadas em depósitos, surgindo, junto à capela-mor, o cárcere.</p>	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Tipologia	Categoria / Tipologia

15 BENS MÓVEIS

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Registo da observação objectiva e sucinta dos elementos que caracterizam decorativamente o objecto arquitectónico, nas suas vertentes funcionais, morfológicas e decorativas.	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objectos arquitectónicos.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR	Igreja: galilé	1. Grade em ferro (simples ou com elementos decorativos)
	Igreja: vãos e arco triunfal	1. Cantarias das modinaturas interiores 1.1. Pintura decorativa (motivos florais e elementos de temática franciscana) 2. Sanefas e sanefão sobre os vãos
	Igreja: cobertura interior	1. Pintura 1.1. Pintura sobre tábuas 1.2. Pintura sobre estuque 1.3. Pintura em caixotões 1.3. Identificação dos elementos que compõem a pintura (domina temática franciscana, mariana, ou elementos decorativos, podendo surgir em painéis isolados ou inseridos em quadraturas) 2. Estuque – identificação dos elementos decorativos
	Igreja: coro-alto	1. Porta de acesso com pia de água-benta no exterior, junto à escada de acesso 2. Guarda 2.1. Balastrada em madeira simples ou com embutidos 2.2. Ripado de madeira 2.3. Ferro vazado 2.4. Maquineta da guarda – identificar imagem que integra 3. Cadeiral 2.1. Madeira de pinho 2.2. Madeira de pau-santo 2.3. Madeira de castanho 2.4. Espaldares simples ou decorados (pintura decorativa ou figurativa) 4. Órgão (caracterizar de forma mínima) 4.1. Órgão positivo 4.2. Grande órgão em tribuna própria, na parede que liga à zona regal 5. Pintura avulsa – identificar a temática

Igreja: púlpito	<p>1.Um ou dois confrontantes (muito raro)</p> <p>2.Planta rectangular, com acesso por porta de verga recta, através da parede virada à zona regal, encimada ou não por sanefa.</p> <p>2.1.Bacia de cantaria, assente em mísula simples, ornamentada ou em consola</p> <p>2.2.Guardas</p> <p>2.2.1.Guarda plena, entalhada e dourada e pintada (explicitar os elementos decorativos)</p> <p>2.2.2.Guarda balaustrada em branco ou policroma</p> <p>2.2.3.Guarda em torneados e marchetados</p> <p>2.3.Guarda-voz (definir os elementos decorativos no extra e intradorso)</p>
Igreja: capelas laterais	<p>1.Coberturas</p> <p>1.1.Simples, rebocadas e pintadas de branco</p> <p>1.2.Pintura decorativa</p> <p>1.3.Revestimento a talha, com caixotões pintados</p> <p>2.Retábulo (caracterizar de forma mínima)</p> <p>3.Imaginária – identificar</p> <p>4.Acesso protegido por grades de madeira, com ou sem confessionários</p>
Igreja: elementos divisórios do espaço	<p>1.Grades-confessionários junto ao falso transepto ou à porta que liga à zona conventual</p> <p>1.1.Madeira de pinho com embutidos</p> <p>1.2.Madeira de castanho com embutidos</p> <p>1.3.Madeira de pau-santo com embutidos</p> <p>1.4.Madeira e embrechados de bronze</p> <p>1.5.Metal</p> <p>1.5.Confessionários nos extremos (fixos ou móveis)</p> <p>1.6.Grade do tipo balaústre com ou sem elemento rebatível superior</p> <p>2.Grade de capela-mor</p> <p>2.1.Madeira</p> <p>2.2.Metal</p>
Igreja: capelas colaterais	<p>1.Retábulo (caracterizar de forma mínima)</p> <p>2.Imaginária – identificar</p> <p>3.Lâmpadas de latão</p> <p>4.Grades com ou sem confessionários</p>

Igreja: arco triunfal	<p>1.Encimado por um Calvário de vulto, composto por Cristo, ladeado pela Virgem e São João Evangelista e tendo aos pés, em alguns casos, Santa Maria Madalena (surge nos conventos das Províncias da Arrábida e Conceição – nesta, em todos os imóveis)</p> <p>1.1.Rodeado de drapeados fingidos em pintura mural</p> <p>1.2.Protegidos por sanefas</p>
Igreja: capela-mor	<p>1.Retábulo-mor (caracterizar de forma mínima)</p> <p>2.Imaginária – identificar</p> <p>3.Lâmpada de latão ou prata (em casos raros)</p>
Zona regal: Via Sacra	<p>1.Possível existência de retábulo (elemento pouco comum; caracterizar de forma mínima)</p> <p>2.Pintura avulsa</p>
Zona regal: Sacristia	<p>1.Arcaz de madeira</p> <p>1.1.Arcaz com espaldar com pintura historiada e oratório central (esquema mais difundido por todas as Províncias)</p> <p>1.2.Arcaz com espaldar com pintura figurativa, oratório central e nichos para relicários</p> <p>1.3.Arcaz com espaldar vazado por nichos para relicários e oratório central</p> <p>1.4.Gavetas simples com ferragens recortadas</p> <p>1.5.Imaginária – identificar</p> <p>2. Armário(s) dos cálices e amitos</p> <p>3. Lavabo rectilíneo com duas bicas e taça rectilínea ou lobulada</p> <p>4.Pintura avulsa</p> <p>5.Alfaias – identificar e, se possível, referir o material</p>
Zona regal: Casa do lavabo	<p>1.Lavabo rectilíneo com duas bicas (em losango ou em florão) e taça rectilínea ou lobulada</p>
Zona regal: Portaria	<p>1.Nicho com imaginária – identificar (Imaginária de São Francisco a receber as chagas, na Província da Conceição; Morte de São Francisco, na Província da Arrábida)</p> <p>2.Armário</p> <p>3.Pintura avulsa - identificar</p>
Zona regal: capelas	<p>1.Paredes com pintura ou azulejo de padrão ou figurativo</p> <p>2.Cobertura com pintura decorativa</p>

	3.Retábulo (caracterizar de forma mínima) 4.Imaginária – identificar 5.Grades
Zona regral: Casa do Capítulo	1.Túmulo ou sepultura do padroeiro 2.Retábulo 3.Pintura avulsa 4.Imaginária - identificar
Zona regral: <i>De Profundis</i>	1.Lavabo do refeitório (rectilíneo com duas bicas e taça rectilínea ou lobulada)
Zona regral: Refeitório	1.Pintura da “Última Ceia”
Zona regral: Cozinha	1.Mesa 2.Lavabo e tanque 3.Chaminé e forno
Escada regral	1.Nicho com imaginária no patamar superior - identificar
Campanário	1.Sino 2.Sineta 3.Relógio
FONTE	Objecto arquitectónico, plantas e material fotográfico (antigo e actual).
REGRAS DE PREENCHIMENTO	Indicação dos dados a partir do geral para o particular, apoiando-se na seguinte estrutura, que segue o percurso do observador: [Indicação dos elementos decorativos da fachada e da galilé]. [Indicação do património integrado que se mantém no interior do templo, seguindo a ordem da grelha dos termos a utilizar]. Caso seja pertinente: [Indicação dos elementos decorativos existentes na zona regral].
OBSERVAÇÕES	
EXEMPLOS	> Convento de Nossa Senhora da Conceição de Melgaço (PT011603180044) Cobertura da nave ostenta pintura decorativa sobre tábuas, composta por uma tarja de quadraturas, fingindo plintos, entrecortados por cartelas concheadas sobre as quais surgem <i>putti</i> , que sustentam festões de flores; ao centro, numa ampla cartela contracurva, decorada por rocalhas, fragmentos arquitectónicos e motivos florais, surge uma representação do orago do templo, a Imaculada Conceição, sobre um crescente e um globo terrestre, envolvida por uma glória de querubins, tendo, na base, o escudo e coroa portugueses e, no topo, as armas Franciscanas. O coro-alto possui guarda balaustrada de madeira, mantendo doze cadeiras do primitivo cadeiral, surgindo um outro conjunto em ambos os lados da capela-mor; é de madeira de pinho com assentos fixos, com os braços, ornados por volutas, sendo a fiada exterior, encimada por espaldar dividido por pequenas pilastras e rematada em cornija. No lado da Epístola e em péssimo estado de conservação, já sem flautados, surge o órgão, um grande órgão executado em madeira de carvalho, que se mantém em branco, encontrando-se implantado sobre uma tribuna própria, assente em ampla mísula, com guarda em falsa balaustrada, no centro da qual surge um espaço fechado, com cartela concheada e ornada por acantos. A caixa do órgão é de planta trapezoidal, compondo um castelo central, proeminente, e dois nichos laterais, divididos por pilastras com os fustes ornados por acantos, todos com gelosias plenas, decoradas por asas de morcego. A estrutura remata, ao centro, em espaldar curvo e projectado

para o exterior, flanqueado por acantos enrolados. Possui a estrutura que fixava as flautas de montra e os orifícios correspondentes aos tubos de palheta, tendo consola em janela, ladeada pelos botões dos registos, já desaparecidos, pelo que não é possível aferir as suas características e qualidades técnicas. No mesmo lado, o púlpito rectangular, com bacia de cantaria, assente em mísula do mesmo material, com guarda torneada pintada com marmoreados fingidos. No lado do Evangelho, a capela lateral, dedicada a São Pedro de Alcântara, com retábulo de talha pintada de branco e azul, com aplicações de prata dourada, de planta recta e um eixo definido por duas colunas de fuste liso e capitéis coríntios e duas pilastras, com os fustes ornados por motivos fitomórficos, que sustentam fragmentos de frontão, entre os quais se desenvolve um espaldar recortado e vazado no centro, decorado por cornijas, enrolamentos e concheados. O âmbito da estrutura é composto por amplo nicho em arco de volta perfeita, contendo uma peanha com a imagem do orago, suplantada pela de São Roque, de grandes dimensões. A antiga porta de acesso ao claustro foi transformada em altar, sobre os quais surgem as imagens oitocentistas de *Nossa Senhora das Dores*, da *Virgem* e um *São Roque*, protegido por um dossel, sustentado por anjos e querubins. Os retábulos colaterais são semelhantes, de talha policroma com marmoreados fingidos, amarelo, rosa e azul, com apontamentos dourados, de planta recta e um eixo definido por duas colunas de fustes lisos e capitéis coríntios, e por quatro pilastras. Ao centro, nicho contracurvo, rematado por fragmentos de frontão e espaldar recortado, ornado por concheados, encimado por sanefas recortadas e com lambrequins. Os altares, em forma de urna, sustentam, no lado do Evangelho, a imagem de roca de Nossa Senhora das Dores, encontrando-se sentada, de mãos postas e olhando para um nível superior, com um tratamento plástico bastante rude, envergando uma veste roxa e um manto preto, com sete espadas de metal cravadas no peito; no lado oposto, a imagem de *Santo António* deve datar de meados do século XVIII, segurando o *Menino* sobre o livro aberto na mão esquerda e uma cruz na direita. Sobre o arco triunfal, um *Calvário*, com imagens de excelente qualidade plástica, especialmente o *Cristo* e a *Virgem*, encimados por sanefas de talha policroma. Na capela-mor, o retábulo-mor pintado e dourado, de planta recta e três eixos, definidos por quatro colunas coríntias, com o terço inferior marcado por elementos fitomórficos e *putti*. A estrutura remata em friso de querubins e cornija, onde surge uma tabela vertical, flanqueada por colunas coríntias com o terço inferior marcado por acantos, rematada pelas armas seráficas e contendo uma pintura a representar o *Milagre da Porciúncula*, ladeado por duas outras, que compõem uma *Natividade*. O altar é paralelepípedo, com o frontal tripartido, ornado por elementos relevados, num esquema corrente em Viana e Braga, figurando um *Ecce Homo*, flanqueado por dois anjos chorosos, surgindo, nos painéis laterais, dois anjos tenentes, que apontam para o *Redentor* e sustentam cartelas com inscrições latinas, a do Evangelho “VIDE LOMINE AFFLICTIONEM MEAM, Jrem.J”, surgindo, na oposta, “ASPECTVS FIVS INEO NON EST Jrem, 3”. Ao centro, tribuna em arco de volta perfeita, onde surge a imagem de *Nossa Senhora dos Anjos*. Nos eixos laterais, surgem apainelados pintados a imitar brocados, de execução recente, onde surgem duas mísulas douradas, sustentando as imagens de *Santo António* e *São Francisco*, datáveis do século XVIII. Na base da tribuna, surge um sacrário de dois pisos, o inferior trapezoidal, dividido por colunas grupadas, com o fuste ornado por espira, com o terço inferior ostentando querubins e capitéis coríntios, com almofadados nos painéis laterais e, na porta, uma cartela enrolada com a representação do cálice; no segundo piso, de perfil semicircular, surgem vãos relicários, em forma de losango. Datáveis do século XIX e provenientes de um espaço desconhecido, surgem três pinturas, envolvidas por molduras recentes, a representar um *São João Baptista*, um *São Francisco em oração* e o

	<p><i>Encontro entre São Francisco e São Domingos</i>, todas com um tratamento bastante tosco, sem grandes rasgos artísticos, talvez trabalho de monges locais. Na sacristia, mantém-se um simples móvel de madeira, com seis gavetões, o que terá restado do primitivo arcaz, sobre o qual surge um nicho de pedra, com a imagem do <i>Crucificado</i>, surgindo dois armários de madeira embutidos, um para os cálices outro para os amitos, feitos em madeira de carvalho. O lavabo é em cantaria de granito com reservatório interno e espaldar rectilíneo, composto por duas bicas em forma de losango, que vertem para uma taça de perfil lobulado. O lavabo do refeitório é composto por receptáculo concheado, por onde entrava a água, com duas bicas, que vertiam para taça de perfil sinuoso.</p>	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Património móvel	

16 UTILIZAÇÃO INICIAL

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO	Registo da função para a qual foi construído o objecto arquitectónico, por vezes perdida.	
OBRIGAÇÃO	Opcional.	
APLICABILIDADE	Todos os tipos de objectos arquitectónicos.	
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO	A <i>Utilização Inicial</i> condiciona e é condicionada pelos valores a inscrever nos elementos <i>Categoria</i> e <i>Tipo</i> .	
TERMOS A UTILIZAR	Consultar KIT01 - <i>anexos B</i> .	
FONTE	Objecto arquitectónico	
REGRAS DE PREENCHIMENTO	A informação a inscrever neste elemento deve obedecer às seguintes formulações: <i>Religiosa: convento</i>	
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS	> 1 – Religiosa: convento	
COTEJO	SIPA	IGESPAR
	Utilização inicial	

17 UTILIZAÇÃO ACTUAL – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

18 PROPRIETÁRIO – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

19 UTENTE – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

20 CONSERVAÇÃO GERAL – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

21 DOCUMENTAÇÃO – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

22 OBSERVAÇÕES – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

23 AUTOR – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

24 DATA – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

25 TIPO DE REGISTO – Ver KIT01

DEFINIÇÃO / OBJECTIVO		
OBRIGAÇÃO		
APLICABILIDADE		
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO		
TERMOS A UTILIZAR		
FONTE		
REGRAS DE PREENCHIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
EXEMPLOS		
COTEJO	SIPA	IGESPAR

III. COMO CONTRIBUIR PARA OS INVENTÁRIOS NACIONAIS DE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

1. Os utilizadores do presente documento são convidados a contribuir para o esforço colectivo de identificação, documentação e divulgação de património arquitectónico português e de promoção ou influência portuguesa, remetendo para o ponto focal **KITS – Património** propostas de registos de inventário patrimonial e de material associado correspondentes a edifícios ou estruturas construídas que, do seu ponto de vista, evidenciem interesse cultural e ou civilizacional.
2. Essas propostas, que poderão referir-se a património arquitectónico documentado ou indocumentado nos sistemas de informação e documentação patrimonial geridos pelo IHRU e pelo IGESPAR, deverão ser elaboradas de acordo com as orientações e os requisitos estabelecidos no presente **KIT**.
3. As propostas de novos registos e de actualização/correção de registos pré-existentes e o respectivo material associado deverão ser remetidos para o ponto focal **KITS - Património** em formato electrónico (preferencialmente utilizando o processador de texto Microsoft Word ou compatível) e para os seguintes endereços:

- endereço electrónico: kitspatrimonio@ihru.pt ;

- endereço postal:

KITS – Património
Forte de Sacavém
Rua do Forte de Monte Cintra
2685 – 141
SACAVÉM

4. O IHRU e o IGESPAR presumem que os direitos legítimos sobre a propriedade ou a posse dos registos e dos materiais associados que sejam remetidos para o ponto focal **KITS – Património** são detidos pelos respectivos remetentes, pelo que não se constituem como responsáveis pela eventual apropriação ou utilização ilegítima dos referidos direitos.
5. O envio de propostas de registos de inventário e de materiais associados para o ponto focal **KITS – Património**:
 - i. confere ao IHRU e ao IGESPAR os direitos de utilização, exploração, divulgação e reprodução desses registos e materiais ou de partes ou extractos dos mesmos, directamente ou por intermédio de terceiros, desde que esses direitos sejam exercidos no âmbito de actividades directa ou indirectamente relacionadas com o estudo, documentação, divulgação, salvaguarda e valorização de património arquitectónico.
 - ii. não vincula o IHRU e o IGESPAR ao dever de aceitação, conservação e integração dos referidos registos e materiais associados nos respectivos sistemas de informação e documentação patrimonial, nem, tão-pouco, ao dever de intervenção de salvaguarda e valorização no património objecto desses registos.

- iii. não confere ao património arquitectónico objecto desses registos qualquer tipo de protecção legal.
6. O envio de propostas de registos de inventário e de materiais associados para o ponto focal **KITS – Património** faz presumir que os termos e condições de produção, transmissão e utilização de registos de inventário e de materiais associados acima expressos são do total conhecimento do remetente, que com eles concorda sem reservas.

IV. ANEXOS

A - EXEMPLO DE REGISTO DE INVENTÁRIO

O SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, disponibiliza alguns exemplos de registos de inventário da tipologia de Edifícios conventuais capuchos: **URL:** http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B.aspx:

> Convento de São Francisco de Elvas (PT041207030041):

01 – Edifício e estrutura religiosa

02 - Convento: Ordem franciscana capucha - Província da Piedade

03 –

04 - Convento de São Francisco / Igreja de São Francisco / Arquivo Histórico Municipal de Elvas

05 – Região do Alentejo, Portalegre, Elvas, Assunção. WGS84: 38°52'24.21"N., 7°10'31.59"O.

06 - Estrada para Vila Fernando, primeiro desvio à direita, a cerca de 1 km de Elvas, no Outeiro de São Francisco

07 - Incluído na Zona Especial de Protecção do Aqueduto da Amoreira

08 - Séc. XVII / XVIII / XX

09 –



Convento – fachada principal Convento – fachada lateral direita



Igreja – capela-mor



Claustro – Ala O.



Ala inferior do claustro



Corredor dos dormitórios

10 - Rural, isolado, implantado no alto de uma colina, denominada o Outeiro de São Francisco, a O. de Elvas, junto ao Cemitério de Elvas e ao Aqueduto da Amoreira (v. PT041207030008), na colina fronteira ao Forte da Graça (v. PT041207020006). O cemitério desenvolve-se na zona posterior, sendo bastante ampla e com dois níveis, tendo acesso pelas que ladeiam o convento e a igreja, este mais amplo, com gradeamento de acesso a um Complexo Funerário, construído em betão e vidro, de um único piso e com cobertura plana, possuindo, no interior, capela, incinerador, sala de espera, cafetaria, florista e uma enorme recepção. Fronteiro ao complexo, um jardim composto por oliveiras. O acesso ao imóvel processa-se por duas vias de sentido único e, fronteiro ao mesmo, surge um parque de estacionamento, disposto em dois níveis, separados por muro de suporte de terras, rebocado e pintado de branco, encimado por arbustos.

11 - Convento de planta rectangular irregular, composto pela igreja e pelo antigo núcleo conventual, desenvolvido no lado esquerdo, actualmente adaptado a arquivo. A IGREJA tem planta longitudinal, composta por nave, antecedida por galilé, para onde abre uma capela adossada, de planta rectangular, oposta à zona conventual, e capela-mor mais estreita. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, rematada em cornija e beirada simples, rasgada por vãos rectilíneos. Fachada principal virada em E. em empena, encimada por empena recortada, rematada por friso interrompido por volutas e cornija na zona superior, com cruz latina no vértice, sobre plinto e pequeno concheado; a empena é decorada por botão e palmas de martírio em haspa, executadas em massa pintada de cinza. Encontra-se ladeada por duas sineiras em arco duplo de volta perfeita, o exterior com fecho saliente e assente em impostas saliente, ladeada por pilastras toscanas, rematando em cornija e em elemento recortado e volutado, rematado por cornija de massa que se interrompe em volutas centrais. A fachada é rasgada pelo arco da galilé, de perfil abatido e assente em colunas toscanas, com a arquivolta pintada de cinza, encimada pelo janelão do coro-alto, com moldura pintada de cinza e rematado pelas armas seráficas, encimadas por cartela recortada com elementos concheados, contendo um livro e uma cruz latina. A galilé possui cobertura em abóbada de aresta, assente em mísulas boleadas, com o bocete decorado pelas armas franciscanas, em relevo, com pavimento em tijoleira vermelha. Para ela abrem três portas, o portal axial, de verga recta simples, a porta de acesso ao Arquivo, antiga portaria, protegido por guarda-vento de vidro e a porta de acesso à capela adossada, actualmente desactivada. No lado esquerdo, desenvolve-se o núcleo conventual, de dois pisos, o inferior com porta de verga recta, de abertura recente, uma janela ampla rectilínea e protegida por grades metálicas, surgindo, ainda, duas frestas, uma delas em capialço; no piso superior, sete janelas rectilíneas, uma delas de maiores dimensões, assinalando a janela regral. No extremo esquerdo, possui um ressalto com um eixo de vãos, formado por duas pequenas frestas rectilíneas e em capialço. Fachada lateral esquerda, virada a S., irregular, com dois ressalto nos extremos, o do lado direito marcado por duas janelas e duas frestas; o pano central possui duas janelas em arco abatido e protegidas por grades metálicas no piso inferior, surgindo, no superior, seis janelas rectilíneas; o ressalto do lado esquerdo tem arcada no piso inferior e o superior é reentrante, dando origem a uma pequena varanda, para onde abre porta rectilínea e uma fresta com o mesmo perfil. Fachada lateral direita, virada a N., marcado pelo corpo da nave com cinco contrafortes, formando quatro panos, três deles com janelas rectilíneas; possui capela adossada de corpo irregular e cego, e a capela-mor, bastante mais estreita, com vestígios de uma fresta entaipada e possuindo metade de uma janela, onde é visível, ainda, a moldura em cantaria e as grades de protecção. Junto a esta, mas separado por corredor de circulação, com acesso por porta de verga recta, surge um corpo de feitura mais recente, cego. Fachada posterior com corpos nos extremos, o da esquerda de feitura recente e o da direita correspondendo ao prolongamento de uma das alas do convento, rasgada por porta de verga recta; reentrante, um pano de muro que acede, através de porta de verga recta ao claustro, encimado por janelas rectilíneas. INTERIOR da igreja

rebocado e pintado de branco, percorrido por lambril de cor cinza, com pavimento em cantaria branca e preta, formando axadrezado, e cobertura em falsa abóbada de berço, assente em cornija, também rebocada e pintada de branco. Possui coro-alto e, no lado do Evangelho, porta rectilínea de acesso ao claustro. Arco triunfal de volta perfeita com pedra de armas no fecho, ladeado pelos altares laterais embutidos no muro, com o mesmo perfil e assentes em pilares toscanos comuns. A capela-mor tem as paredes pintadas, formando apainelados de várias tonalidades, com pavimento semelhante ao da nave e cobertura em falsa abóbada de berço assente em cornija e pintada formando quatro painéis com elementos fitomórficos. O CONVENTO desenvolve-se em torno de claustro quadrangular, de dois andares de cinco arcadas, as inferiores em arco dobrado de volta perfeita, assentes em colunas cilíndricas, todas abertas para a quadra, surgindo no superior arcos abatidos sustentados por pilares toscanos, rebocados e pintado de branco, protegidos por guarda plena, também rebocada e pintada. As alas possuem as paredes rebocadas e pintadas de branco, com coberturas em falsas abóbadas de berço, também rebocadas e pintadas e pavimento em calçada à portuguesa, formando losangos, circunscritos por frisos. A quadra está revestida a calçada, com um pequeno canteiro no centro, circular, contendo arbustos e um vaso cerâmico que forma um jogo de água *1; nos ângulos, quatro canteiros, com árvores, arbustos e flores várias. Na ala junto à Igreja, surge a porta de acesso ao templo, em arco de volta perfeita, as escadas de acesso ao púlpito, revestidas a ladrilho cerâmico vermelho e com porta de madeira, surgindo, no topo, uma porta de acesso à antiga Via Sacra e às escadas das matinas, de dois lanços, a única ligação ao segundo piso. Nesta ala, surge porta em arco de volta perfeita, assente em pilastras toscanas, que liga, através de pequeno corredor à cerca. O segundo piso possui abóbadas de volta perfeita e não possui, actualmente, portas para a quadra. O acesso, feito pela Via Sacra, onde se estabeleceu um elevador, e pelas escadas das matinas, de dois lanços, leva a quatro corredores com falsas abóbadas de berço, ladeadas de pequenas portas de verga recta, de molduras boleadas, protegidas por portas de madeira, de duas folhas, de acesso às antigas dependências conventuais, às celas, hospedaria, livraria, enfermaria e, ao que subsiste íntegro, o cárcere, junto à capela-mor. Da cerca do convento resta a área, ocupada pelo cemitério, o Centro Funerário de Elvas e um olival.

12 - ENTALHADOR: Ascenso Fernandes (1603).

13 - 1514 - autorização para a fundação do Convento pelo Papa Leão X *2; **1518 -** primeira fundação e construção do primeiro convento num vale, próximo das muralhas de Elvas, graças a uma doação de terrenos feita por Genebra da Rosa e por Manuel Pessanha, fidalgo de Elvas, falecido na Índia, tendo como padroeiro Henrique de Melo, então falecido, correndo as obras pelo seu testamentário; **1519 -** a obra estaria concluída, graças à intervenção do duque D. Jaime de Bragança, que concedeu o padroado a Ambrósio Pessanha e a possibilidade de se fazer sepultar na capela-mor; **1591 -** dada a insalubridade do local escolhido, num vale próximo, o convento foi mudado para o cimo da colina, junto ao Aqueduto da Amoreira, com autorização do Provincial Frei João de Évora; os terrenos para a construção foram doados por D. Fernando da Silva e pela sua esposa D. Beatriz de Brito, tornando-se os padroeiros deste segundo edifício, após demanda com o padroeiro do primeiro convento; do primitivo, subsistiu a Igreja de Nossa Senhora da Cabeça, arruinada em 1751; era o maior convento da Província, tornando-se Casa Capitular; a água era fornecida directamente pelo aqueduto; séc. XVII - sepultamentos vários no convento *3; **1603, 5 Julho -** contrato para a execução do retábulo-mor pelo entalhador Ascenso Fernandes, de Lisboa, por 35\$000, encomendado por D. Fernando de Lucena; **1606 -** instituição de uma sepultura na nave, por André de Azevedo Vasconcelos e D. Brites Monria, sua mulher, e de seus descendentes; **1644, 17 Novembro -** falecimento de D. Antão de Almada, do Conselho do Rei D. João IV e seus embaixador extraordinário em Inglaterra, e que morreu em Elvas na batalha com os castelhanos, sendo sepultado na nave do convento; **1649, 13 Novembro -** falecimento de Tomé de Sousa, do Conselho do Rei D. João IV e vedor da Casa Real, sepultado na nave do convento; **1658 / 1659 -** foi lugar de um fortim construído pelos espanhóis para reforçar as Linhas de Elvas; **1659, 14 Janeiro -** falecimento de André de Albuquerque Ribafria, na Batalha das Linhas de Elvas, sepultado na cripta do convento; **1682, 22 Novembro -** falecimento de Ascenso de Sequeira, sepultado na nave, com a sua mulher, Isabel Pereira e os seus descendentes; **1691 -** recuperação do convento que terá sofrido com as investidas espanholas; séc. XVIII, final - foi utilizado como fortim aquando das invasões francesas, fica bastante danificado pela artilharia da praça; restauros na fachada e interior da igreja; **1817 -** o Síndico, Venceslau Nunes, deixou, por testamento, 30\$000 anuais; **1825-1834 -** a comunidade vivia dos sermões que pregava em várias festividades, nomeadamente na Igreja de Vila Boim e na Misericórdia, deslocação de cantores a várias comunidades, venda de hábitos para os defuntos, rendimento das capelas instituídas e cedência

de sepulturas; 1825, Agosto a Dezembro - colocação de cortinados nas capelas, por 2\$760; aquisição de 6 cálices pequenos de vidro, por 4\$20; 1826, Junho - 1827, Março - feitura do muro da cerca, com trabalho de alvaneiros, serventes, cal e madeira, num total de 111\$580; 1827, Março / 1828, Março - execução de 2 candeeiros de latão; 1830, Janeiro - aquisição de 35 paus para a armação das latadas, por 3\$150; execução de um tanque novo; Junho - feitura de uma cancela a dividir a zona do jardim do olival, por 2\$400; aquisição de barras de madeira e bancos para a feitura de camas, por 3\$000; feitura da cancela do Portado da horta, pela quantia de 2\$670; compra de um véu para o Cristo do coro-alto, por 1\$860; aquisição de roxo terra e óleo para pintar as cancelas novas da igreja, que importou em \$800; 1831, Março a Junho - compra de uma nova porta para o cárcere, por 2\$180; 1833, Maio / 1834, Maio - execução de uma escada nova para a horta, por \$600; 1834, 9 Junho - desocupação, pela expropriação dos bens das ordens religiosas; 10 Junho - procede-se ao inventário dos bens do imóvel, referindo que a igreja tinha as imagens de Nossa Senhora da Cabeça, um São José, um São Miguel, o Menino, São Francisco, São Domingos, Santo António e São Romão; possuía oito crucifixos de madeira, um deles do coro-alto, o qual tinha um órgão e quatro bispos em barro; na sacristia, existiam várias alfaias em prata, como uma âmbula, dois cálices com as respectivas patenas, uma coroa da Senhora, quatro resplendores, um vaso para os Óleos e uma custódia; na igreja, existiam oito castiçais de estanho, dois castiçais dourados, seis de madeira preta, um vaso de estanho, três pares de galhetas, um turíbulo, naveta e caldeirinha e uma lâmpada de latão amarelo; existiam três escabelos, uma credencia e três estantes, uma delas de grandes dimensões, pertencentes ao coro; no convento, existiam sete mesas do refeitório, seis armários, uma estante na livraria, a qual tinha 829 volumes, e um arquibanco; o Convento era composto por Portaria, dois refeitórios, com as respectivas despensas, uma cozinha e uma adega de azeite; no piso superior, 25 celas, um cárcere, a livraria e enfermaria; no pátio posterior, existiam seis casas para moços; 1836, 17 Junho - a cerca e jardim foram solicitados pela Câmara de Elvas para construção do cemitério; 1838, 10 Março - nova solicitação no mesmo sentido; 1841, 1 Abril - consulta à Junta da Fazenda na sequência de um pedido do edifício pelo Ministério da Guerra, para integrar a Praça de Armas de Elvas; 15 Setembro - todo o conjunto foi solicitado pela Santa Casa da Misericórdia de Elvas; 1842, 18 Abril - consulta à Junta da Fazenda na sequência de novo pedido do edifício pelo Ministério da Guerra; 27 Junho - o edifício foi concedido ao Ministério da Guerra, sendo a cerca e jardim cedido à Câmara Municipal de Elvas para a construção do cemitério; 1843 - construção do cemitério público na parte superior da tapada; 1865, 11 Novembro - nomeação de um encarregado para as obras a efectuar em São Francisco, com o salário de 18\$000; 1898 - a Câmara Municipal de Elvas efectuou pesquisas para achar a sepultura do General André de Albuquerque Ribafria, morto na Batalha das Linhas de Elvas, levantando-se o ladrilho do altar no lado do Evangelho e do soalho e travessas junto da capela, aparecendo uma cripta, com abóbada e três sepulturas, mas cheias de entulho; reconstrução da cripta e respectiva abóbada e transporte dos túmulos para um Panteão, construído no cemitério; 1943 - a zona conventual servia de depósito fúnebre e de salas de autópsias; 2005, 2 Outubro - inauguração do espaço da igreja e do convento, após obras de remodelação patrocinadas pela Câmara Municipal de Elvas *4; 2006, 12 Junho - inauguração do Arquivo Municipal na zona do convento, com a presença da Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima; 2008 - construção do Centro Funerário de Elvas no lado direito do conjunto e na zona da antiga cerca, o qual possui um incinerador e várias salas de velório, um bar e uma florista; ajardinamento do local e colocação de uma bica de barro no centro da quadra.

14 - Arquitectura religiosa, maneirista. Convento franciscano capucho da Província da Piedade, de planta rectangular simples, composto pela igreja de planta longitudinal, antecedida por galilé com acesso por arco abatido e cobertura em abóbada de aresta, e a zona conventual, que se desenvolve em torno de claustro quadrangular, evoluindo em dois pisos, com três arcadas por ala, de volta perfeita no piso inferior e assentes em colunas cilíndricas e em arco abatido na superior, assente em pilares toscanos. Em torno do conjunto, resta o perímetro da cerca. A igreja possui planta longitudinal simples, composta por nave e capela-mor mais estreita, com coberturas interiores em falsas abóbadas de berço e iluminada unilateralmente por janelas rasgadas na fachada lateral direita, marcada por contrafortes. Fachada principal em empena, ladeada por duas sineiras em arco de volta perfeita, rasgada pelo acesso à galilé, para onde abre o portal da igreja, o da capela adossada e o da antiga portaria, este de acesso ao Arquivo Municipal e todos de verga recta, encimada pela janela do coro. Interior com pequeno coro-alto, púlpito no lado do Evangelho, com acesso por porta de verga recta, através do claustro, e porta de acesso a este espaço de circulação. Possui arco triunfal de volta perfeita, com as armas do padroeiro, ladeado por dois nichos de volta perfeita, onde se integram os retábulos colaterais. O convento possui a antiga portaria que liga ao claustro, o qual tem acesso directo à cerca e porta de ligação à Via Sacra,

onde surgem as escadas das matinas que acedem ao segundo piso, onde surgem corredores de circulação abobadadas, iluminados por janelas regrais, possuindo portas semelhantes, de pequenas dimensões e molduras boleadas, de acesso às celas, viradas à fachada principal e à lateral esquerda, à hospedaria, livraria e outras dependências, transformadas em depósitos, surgindo, junto à capela-mor, o cárcere. No piso inferior, não é possível discernir a primitiva função das várias dependência.

15 - Coro-alto de guarda plena entre cornijas, pintada em marmoreados fingidos, criando falsos apainelados. A porta de acesso, de verga recta e protegida por folhas metálicas, está ladeada por duas pias de água benta concheadas. No lado do Evangelho, púlpito quadrangular com bacia de cantaria sobre mísula concheada e guarda em ferro forjado pintado de preto, formando enrolamentos, com acesso por porta de verga recta e moldura simples, em cantaria. Os retábulos colaterais possuem os amplos nichos pintados com motivos florais, rasgado por nichos de volta perfeita com as imagens dos oragos, o do Evangelho dedicado a São João Evangelista e o oposto a Nossa Senhora da Soledade, ambos com altares em forma de urna com cartela central em estuque e fundo de marmoreados fingidos. Na parede testeira sotobanco paralelepípedo, pintado de bege, a que se adossa altar em forma de urna, semelhante aos colaterais, encimado por banquetta e nicho contracurvo com moldura de estuque, onde se integra trono expositivo de três degraus; possui cortinas de veludo a abrir em boca de cena, que pendem de um dossel do mesmo material; o nicho é rodeado por apainelados pintados e com molduras em estuque, tendo, nos ângulos, mísulas em leque, que sustentam imaginária. No centro de cada ala do claustro, surge nicho em arco de volta perfeita, flanqueado por falsas pilastras de fustes almofadados, pintadas em marmoreado fingido negro e amarelo, solução que se prolonga nos arcos com fecho saliente, em ameia de acantos enrolados em estuque. O fundo é pintado de marmoreado negro, onde se rasga nicho em arco de volta perfeita, com moldura de cantaria negra e uma segunda recortada, em mármore branco, que se interrompe em volutas e em elementos concheado, ladeada por dois florões. Cada nicho possui pequeno plinto, onde se ergue a imagem do orago do altar, em forma de urna, com medalhão central, ostentando cruz latina. O da ala junto à igreja é dedicado a Nossa Senhora da Conceição, sendo o oposto a Nossa Senhora de Fátima; na ala junto à capela-mor, Santo António e, na oposta, São Pedro. Sobre a porta de uma das dependências do segundo piso, surge uma cruz latina em azulejo esponjado, assente em plinto curvo, em monocromia, azul sobre fundo branco e no ângulo, um altar vazio, semelhante aos do claustro. No interior de uma sala de reuniões, ampla e abobadada, assente em friso de marmoreados fingidos e cornija, surge um altar semelhante aos anteriores, mas de maiores dimensões, rematando em emblema e cornija contracurva, constituindo, certamente, uma capela particular. O cárcere possui, gravada, uma cruz latina e uma longa inscrição. Na nave, surgem diversas telas, compondo um tríptico com Maria Madalena aos pés de Cristo, ladeado por São João Baptista e São João Evangelista, provenientes do retábulo da Igreja de São Domingos de Elvas, da autoria de Simão Rodrigues, que integravam o retábulo-mor executado pelo entalhador Gaspar Coelho, cerca de 1590, constituído por oito tábuas, desmontadas pela DGEMN, o qual se encontrava, em 1996, no Museu Municipal (RODRIGUES, 1996, p. 86). Surgem, ainda, uma "Adoração dos Pastores", um "São Pedro" e um "São Paulo", todas provenientes do Museu. Junto ao retábulo-mor, mantêm-se as imagens antigas, setecentistas, de São Domingos e São Francisco, que integrariam as estruturas retabulares.

16 - Religiosa: convento franciscano capucho da Província da Piedade

17 - Cultural: Arquivo Histórico Municipal (aberto de 2.^a a 6.^a das 09:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30) / Funerária: cemitério municipal (no antigo jardim e cerca) / Agrícola: olival (terrenos a N. e a O.)

18 - Câmara Municipal de Elvas (Rua Isabel Maria Picão, 1350 Elvas)

19 - Arquivo Histórico Municipal de Elvas (convento) / Centro Funerário de Elvas (igreja e zona da antiga cerca)

20 – Bom

21 – BIBLIOGRAFIA: FARO, Frei João de, Fragmento Académico. Notícias geraes e particulares da Província da Piedade. Da regular observancia de N^o P. S. Franc^o, s. ed., s.l., 1721; MONFORTE, Frei Manuel de, Chronica da Província da Piedade, 2^a edição, ed. Officina de Miguel Manescal da Costa, s.l., 1751, pp. 221 - 225; GAMA, Eurico Garcia, Elvas - Rainha da Fronteira, Elvas, Câmara Municipal de Elvas, 1986; KEIL, Luís, Inventário Artístico de Portugal - Distrito de

Portalegre, vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 68; RODRIGUES, Jorge e PEREIRA, Mário, Elvas, Lisboa, Editorial Presença, pp. 72 - 73; MEDINAS, Victor Joaquim Fialho, A Arquitectura Capucha da Província da Piedade [dissertação de Mestrado e História da Arte], vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994; XAVIER, António Mateus, Das Cercas dos Conventos Capuchos (da Província da Piedade), contributo para a definição de uma política de recuperação, [relatório de Trabalho de Fim de Curso na Licenciatura em Arquitectura Paisagista], Évora, Universidade de Évora, 1998.

DOCUMENTAÇÃO: CME; IHRU: SIPA, DGEMN/DSID; EU; CME; DGA/TT: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Autos de Inventário dos Bens Pertencentes aos Extintos Conventos da Ordem de São Francisco da Província da Piedade, 1834, cx. 2213, capilha 1); DGA/ ADPortalegre: Fundo monástico-conventual - Convento de São Francisco de Elvas (Livro de Receitas, 1825-1834, CVSFELV/Lv01, Livro de Despesas, 1825-1834, CVSFELV/Lv02); AHME: São Francisco de Elvas (Campas do Capitulo de São Francisco de Elvas, Ms V / 187, s.d.), São Francisco de Elvas, Ms. V/313, São Francisco de Elvas, Ms V/462

22 - O antigo chafariz do claustro encontra-se junto a uma das entradas do cemitério, sendo em cantaria e de planta quadrangular com os ângulos chanfrados e curvos, de bordos simples, possuindo ao centro, um plinto paralelepípedico, encimado por outro com os ângulos côncavos, que suportam duas colunas galbadas, que sustentam duas taças circulares e em forma de campânula, a superior, rematada por fogaréu de mármore, de colocação recente.

A Província da Piedade nasce na sequência da formação de uma Custódia com esse título, criada em Portugal em 1508, confirmada no ano seguinte pelo Papa Júlio II e apoiada pela Casa de Bragança, mais propriamente pelo Duque D. Jaime, que viria a passar, mais tarde, em 1517, a Província; pertenciam à Província os seguintes conventos: São Francisco de Lagos (1518, v. PT050807060034), Nossa Senhora do Paraíso, em Silves (1518, v. PT050813070027), Nossa Senhora dos Anjos, em Azurara (1518, v. PT011316040016), São Francisco de Braga (1522, v. PT010303370061), Santo António de Portalegre (1522, v. PT041214080022), Santo António de Faro (1524, v. PT050805040034), Santo António de Aveiro (1524, v. PT020105060012), Nossa Senhora do Seixo, no Fundão (1526, v. PT020504170016), Santo António de Abrantes (1526, v. PT031401130058), Anunciada, em Tomar (1528, v. PT031418070028), Santo António de Estremoz (1535, v. PT040704030031), Santo António dos Olivais, em Coimbra (1538, v. PT020603180030), Nossa Senhora da Esperança, de Portimão (1539, v. PT050811030011), Bom Jesus de Valverde (1544, v. PT040705040056), Nossa Senhora da Assunção, na Vidigueira (1545, v. PT040214140006), Santo António de Loulé (1546, v. PT050808090010), São Francisco de Portel (1547, v. PT040709050007), Santo António da Covilhã (1553, v. PT020503190017), Santo António de Castelo Branco (1562, v. PT020502050088), Vale da Piedade, em Gaia (1562, v. PT011317160047), Nossa Senhora da Caridade do Sardoal (1571, v. PT031417030004), Santo António de Penamacor (1571, v. PT020507100006), Santo António de Évora (1578, v. PT040705210088), Santo António de Ourém (1600), Santo António do Redondo (1605, v. PT040710020012), Santo António de Beja (1609, v. PT040205130030), Santo António de Tavira (1612, PT050814060030), Santo António de Fronteira (1613, v. PT011208020010), Santo António de Alter do Chão (1617, v. PT041201010009), São Francisco de Idanha-a-Nova (1630), São Francisco de Barcelos (1649, v. PT010302140070), Santo António de Arrifana do Sousa (1663, v. PT011311240074), Santo António de Guimarães (1663, v. PT010308040086), Santo António de Moura (1684, v. PT040210070019). Na nave, existiam as seguintes sepulturas: Sepultura de Simão de Miranda Henriques e da mulher D. Violante de Azevedo e seus descendentes, Sepultura de Manuel de Quental Lobo e de seus Filhos e herdeiros; Sepultura de Dom Gracia Henriques e de sua mulher D. Guiomar de Melo e seus herdeiros; Sepultura de Manuel Rodriguez da Uren fidalgo da Caza de ElRei nosso Senhor que Deus Guarde e de seus Fillhos erdeiros, decendentes e susesores; Sepultura de Dona Aldonsa mulher de Dom Diogo de Brito; Sepultura de Dona Maria Barbosa; Sepultura de Manuel Gomes e de seus erdeiros; Sepultura de Luís Alves Donis e de Sua Mulher e herdeiros; Sepultura de Sebastião Roiz Fraústo e de seus herdeiros; Sepultura de Dona Sa Porto Caro Filha de Pêro Lopes de Quental e de Dona Anta Sua Mulher e de seus herdeiros; Sepultura do Licenciado Rui Lopes de Veja Medico neste e deste convento, e de sua Mulher Izabel Mendes e seus herdeiros; Sepultura de Dona Isabel Pegada Irmã de João Pegado e de seus herdeiros; Aqui jas Diogo Castanho de Gusmão Filho de António Vas e neto de Salvador Gomes de Gusmão, naturais da Villa de Aia Monte, e de Izabel Castanha filha legitima de Pêro Castanho descendente dos antigos e nobres Castanhos das Astúrias e de sua Mulher Sá Pinta e de seus herdeiros; tem o desenho da pedra de armas, envolvida por acantos e bipartida, apresentando dois poços e um cipreste.

A Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal situa o edifício e o cemitério no designado Espaço Urbanizável, definido como espaço que poderá vir a adquirir as características dos espaços urbanos, incluindo áreas para equipamentos colectivos, parques verdes urbanos ou zonas verdes de utilização colectiva.

23 - Paula Figueiredo

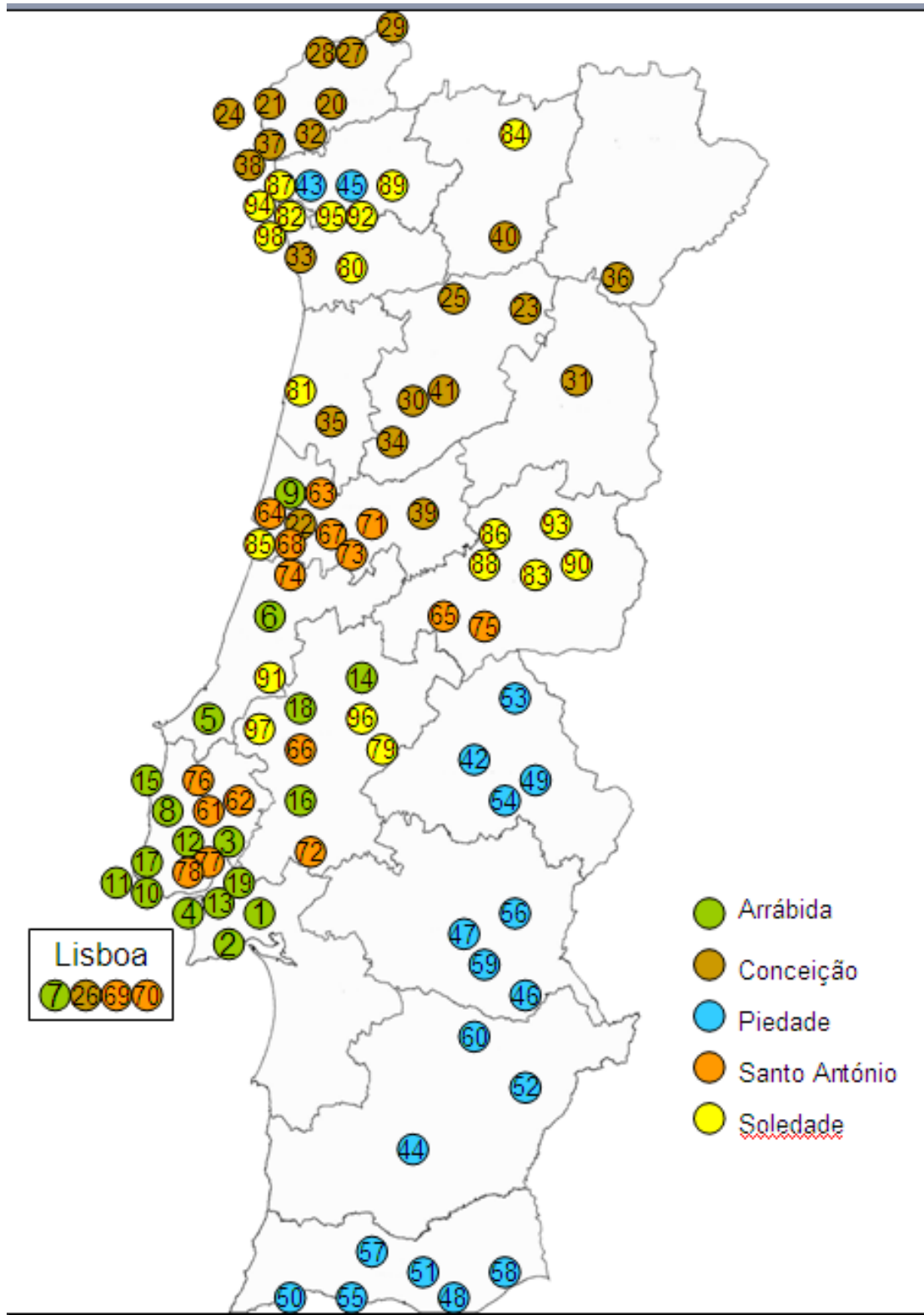
24 - 2008

B – CONVENTOS DAS PROVÍNCIAS CAPUCHAS – Tabelas e Mapa

1 - Conventos organizados por Província

Província	Localização	Designação	Data fundação	N.º IPA
Arrábida	Alferrara	Nossa Senhora Conceição 1	1576	PT031508020014
	Arrábida	Santa Maria 2	1542	PT031512040081
	Azóia	Nossa Senhora Conceição 3	1584	PT031107130061
	Caparica	Nossa Senhora da Piedade 4	1550	PT031503020043
	Gaeiras	São Miguel 5	1602	PT031012080009
	Leiria	Santo António 6	1651	PT021009120006
	Lisboa	São Pedro de Alcântara 7	1685	PT031106150407
	Mafra	Nosso Sr. e St. António 8	1730	PT031109090001
	Mealhada	Espírito Santo 9	1573	
	Oeiras	N. Senhora Boa Viagem 10	1602	
	Oeiras	São José de Ribamar 11	1551	PT031110090099
	Olivais	São Cornélio 12	1675	
	Palhais	N. Senhora dos Prazeres 13	1542	
	Pereiro (Santarém)	Santo António 14	1590	
	Ribamar	Santa Catarina 15	1634	
	Salvaterra de Magos	N. Senhora da Piedade 16	1543	
	Sintra	Santa Cruz 17	1560	PT031111050021
	Torres Novas	Santo António 18	1591	
	Verderena	Madre de Deus 19	1591	PT031504050018
Conceição	Arcos de Valdevez	São Bento 20	1677	PT011601340059
	Caminha	Santo António 21	1630	PT011602070044
	Coimbra	Santo António da Estrela 22	1712	PT020603020036
	Fraga	Santo Cristo 23	1749	PT021817040031
	Ínsua	Santa Maria 24	1392	PT011602120003
	Lamego	São Francisco 25	Séc. XIII	PT011805010074
	Lisboa	N. Senhora Conceição 26	1707	
	Melgaço	N. Senhora Conceição 27	1746	PT011603180044
	Monção	N.Sr. da Glória e S. Bento 28	1748	PT011604170011
	Mosteiró	Santa Maria 29	1392	PT011608030013
	Orgens	São Francisco do Monte 30	1407	PT021823190031
	Pinhel	Santo António 31	1731	PT020910170012
	Ponte de Lima	Santo António 32	1480	PT011607350045
	Porto	Santo António da Cidade 33	1747	PT011312120035
	São Pedro do Sul	São José 34	1751	PT021816140005
	Serém	Santo António 35	1635	PT020101120131
	Torre de Moncorvo	São Francisco 36	1569	PT010409160053
	Viana do Castelo	Santo António 37	1625	PT011609310048
	Viana do Castelo	São Francisco do Monte 38	1392	PT011609310047
	Vila Cova de Alva	Santo António 39	1713	PT020601180012
Vila Real	São Francisco 40	1569	PT011714240091	
Viseu	Santo António 41	1635	PT021823240358	
Piedade	Alter do Chão	Santo António 42	1617	PT041201010009
	Barcelos	São Francisco 43	1649	PT010302140070
	Beja	Santo António 44	1608	PT040205130030
	Braga	São Francisco 45	1522	PT010303370061
	Estremoz	Santo António 46	1535	PT040704030031
	Évora	Santo António 47	1578	PT040705210088
	Faro	Santo António 48	1524	PT050805040034
	Fronteira	Santo António 49	1613	PT041208020010
	Lagos	São Francisco 50	1518	PT050807060034

	Loulé	Santo António 51	1546	PT050808090010
	Moura	Santo António 52	1684	PT040210070019
	Portalegre	Santo António 53	1522	PT041214080022
	Portel	São Francisco 54	1547	PT040709050007
	Portimão	N. Senhora Esperança 55	1539	PT050811030011
	Redondo	Santo António 56	1605	PT040710020012
	Silves	Nossa Senhora Paraíso 57	1518	PT050813070027
	Tavira	Santo António 58	1612	PT050814060030
	Valverde	Bom Jesus 59	1544	PT040705040056
	Vidigueira	N. Senhora Assunção 60	1545	PT040214040006
St.António	A. Galega Marceana	Santo António 61	1600	PT031101020046
	Alenquer	Sta. Catarina da Carnota 62	1408	PT031101110038
	Anadia	Santo António 63	1700	
	Cantanhede	Santo António 64	1675	PT020605040021
	Cernache Bonjardim	São José 65	1699	
	Chamusca	Sto. António do Pinheiro 66	1519	PT031407030031
	Coimbra	Sto. António da Pedreira 67	1602	PT020603020213
	Condeixa	Santo António 68	1750	
	Lisboa	St. Anto. Convalescença 69	1640	PT031106390387
	Lisboa	Sto. Anto. dos Capuchos 70	1570	PT031106450153
	Lousã	Santo António 71	1750	PT020607030039
	Paio de Pelo	Nossa Senhora do Loreto 72	1572	PT031420030010
	Penela	Santo António 73	1576	PT020614050004
	Pombal	N. Senhora do Cardal 74	1707	PT021015090017
	Sertã	Santo António 75	1635	PT020509120008
	Sobral Mte Agraço	N. Senhora dos Anjos 76	1590	
	Vila Franca de Xira	N. Senhora do Amparo 77	1553	
	Vila Franca de Xira	St. Anto. da Castanheira 78	1402	PT031114090015
Soledade	Abrantes	Santo António 79	1526	PT031401130058
	Arrifana do Sousa	Santo António 80	1663	PT011311240074
	Aveiro	Santo António 81	1524	PT020105060012
	Azurara	N. Senhora dos Anjos 82	1518	PT011316040016
	Castelo Branco	Santo António 83	1562	PT020502050088
	Chaves	São Francisco 84	1673	PT011703500100
	Coimbra	Sto. António dos Olivais 85	1538	PT020603180030
	Covilhã	Santo António 86	1553	PT020503190017
	Franqueira	Bom Jesus do Monte 87	1497	PT010302590178
	Fundão	Nossa Senhora do Seixo 88	1526	PT020504170016
	Guimarães	Santo António 89	1663	PT010308040086
	Idanha-a-Nova	São Francisco 90	1630	PT020505030039
	Ourém	Santo António 91	1600	
	Penafiel	Santo António 92	1663	PT011311240074
	Penamacor	Santo António 93	1571	PT020507100006
	Porto	Sto. António do Calvário 94	1735	
	Real	São Frutuoso 95	1522	PT010303370061
	Sardoal	N. Senhora da Caridade 96	1571	PT031417030004
	Tomar	Anunciada 97	1528	PT031418070028
	Vila Nova de Gaia	Vale da Piedade 98	1562	PT011317160047



2 - Conventos organizados por Localização

Localização	Província	Designação	Data fundação	N.º IPA
Abrantes	Soledade	Santo António	1526	PT031401030058
A. Galega Marceana	St. António	Santo António	1600	PT031101020046
Alenquer	St. António	Sta. Catarina da Carnota	1408	PT031101110038
Alferrara	Arrábida	N. Senhora Conceição	1576	PT031508020014
Alter do Chão	Piedade	Santo António	1617	PT041201010009
Anadia	St. António	Santo António	1700	
Arcos Valdevez	Conceição	São Bento	1677	PT011601340059
Arrábida	Arrábida	Santa Maria	1542	PT031512040081
Arrifana do Sousa	Soledade	Santo António	1663	PT011311240074
Aveiro	Soledade	Santo António	1524	PT020105060012
Azóia	Arrábida	N. Senhora Conceição	1584	PT031107130061
Azurara	Soledade	Nossa Senhora Anjos	1518	PT011316040016
Barcelos	Piedade	São Francisco	1649	PT010302140070
Beja	Piedade	Santo António	1608	PT040205130030
Braga	Piedade	São Francisco	1522	PT010303370061
Caminha	Conceição	Santo António	1630	PT011602070044
Cantanhede	St. António	Santo António	1675	PT020605040021
Caparica	Arrábida	N. Senhora da Piedade	1550	PT031503020043
Castelo Branco	Soledade	Santo António	1562	PT020502050088
Cernache Bonjardim	St. António	São José	1699	
Chamusca	St. António	Sto. António do Pinheiro	1519	PT031407030031
Chaves	Soledade	São Francisco	1673	PT011703500100
Coimbra	Conceição	Santo António da Estrela	1712	PT020603020036
	St. António	Sto. António da Pedreira	1602	PT020603020213
	Soledade	Sto. António dos Olivais	1538	PT020603180030
Condeixa	St. António	Santo António	1750	
Covilhã	Soledade	Santo António	1553	PT020503190017
Estremoz	Piedade	Santo António	1535	PT040704030031
Évora	Piedade	Santo António	1578	PT040705210088
Faro	Piedade	Santo António	1524	PT050805040034
Fraga	Conceição	Santo Cristo	1749	PT021817040031
Franqueira	Soledade	Bom Jesus do Monte	1497	PT010302590178
Fronteira	Piedade	Santo António	1643	PT041208020010
Fundão	Soledade	Nossa Senhora do Seixo	1526	PT020504170016
Gaeiras	Arrábida	São Miguel	1602	PT031012080009
Guimarães	Soledade	Santo António	1663	PT010308040086
Idanha-a-Nova	Soledade	São Francisco	1630	PT020505030039
Ínsua	Conceição	Santa Maria	1392	PT011602120003
Lagos	Piedade	São Francisco	1518	PT050807060034
Lamego	Conceição	São Francisco	Séc. XIII	PT011805010074
Leiria	Arrábida	Santo António	1651	PT021009120006
Lisboa	Arrábida	São Pedro de Alcântara	1685	PT031106150407
	Conceição	N. Senhora Conceição	1707	
	St. António	Sto. António Capuchos	1570	PT031106450153
	St. António	St. Anto. Convalença	1640	PT031106390387
Loulé	Piedade	Santo António	1546	PT050808090010
Lousã	St. António	Santo António	1750	PT020607030039
Mafra	Arrábida	N. Senhor e St. António	1730	PT031109090001
Mealhada	Arrábida	Espírito Santo	1573	
Melgaço	Conceição	N. Senhora Conceição	1746	PT011603180044
Monção	Conceição	N.Sr. da Glória e S Bento	1748	PT011604170011
Mosteiró	Conceição	Santa Maria	1392	PT011608030013
Moura	Piedade	Santo António	1684	PT040210070019
Oeiras	Arrábida	São José de Ribamar	1551	PT031110090099
	Arrábida	N. Senhora Boa Viagem	1602	

Olivais	Arrábida	São Cornélio	1675	
Orgens	Conceição	São Francisco do Monte	1407	PT021823190031
Ourém	Soledade	Santo António	1600	
Paio de Pelo	St. António	Nossa Senhora do Loreto	1572	PT031420030010
Palhais	Arrábida	N. Senhora dos Prazeres	1542	
Penafiel	Soledade	Santo António	1663	PT011311240074
Penamacor	Soledade	Santo António	1571	PT020507100006
Penela	St. António	Santo António	1576	PT020614050004
Pereiro (Santarém)	Arrábida	Santo António	1590	
Pinhel	Conceição	Santo António	1731	PT020910170012
Pombal	St. António	Nossa Senhora do Cardal	1707	PT021015090017
Ponte de Lima	Conceição	Santo António	1480	PT011607350045
Portalegre	Piedade	Santo António	1522	PT041214080022
Portel	Piedade	São Francisco	1547	PT040709050007
Portimão	Piedade	N. Senhora Esperança	1539	PT050811030011
Porto	Conceição	Santo António da Cidade	1747	PT011312120035
	Soledade	Sto António do Calvário	1735	
Redondo	Piedade	Santo António	1605	PT040710020012
Real	Soledade	São Frutuoso	1522	PT010303370061
Ribamar	Arrábida	Santa Catarina	1634	
Salvaterra de Magos	Arrábida	N. Senhora da Piedade	1543	
São Pedro do Sul	Conceição	São José	1751	PT021816140005
Sardoal	Soledade	N. Senhora da Caridade	1571	PT031417030004
Serém	Conceição	Santo António	1635	PT020101120131
Sertã	St. António	Santo António	1635	PT020509120008
Silves	Piedade	Nossa Senhora Paraíso	1518	PT050813070027
Sintra	Arrábida	Santa Cruz	1560	PT031111050021
Sobral Mte Agraço	St. António	N. Senhora dos Anjos	1590	
Tavira	Piedade	Santo António	1612	PT050814060030
Tomar	Soledade	Anunciada	1528	PT031418070028
Torre de Moncorvo	Conceição	São Francisco	1569	PT010409160053
Torres Novas	Arrábida	Santo António	1591	
Valverde	Piedade	Bom Jesus	1544	PT040705040056
Verderena	Arrábida	Madre de Deus	1591	PT031504050018
Viana do Castelo	Conceição	Santo António	1625	PT011609310048
	Conceição	São Francisco do Monte	1392	PT011609310047
Vidigueira	Piedade	N. Senhora Assunção	1545	PT040214140006
Vila Cova de Alva	Conceição	Santo António	1713	PT020601180012
Vila Franca de Xira	St. António	N. Senhora do Amparo	1553	
	St. António	St. Anto. da Castanheira	1402	PT031114090015
Vila Nova de Gaia	Soledade	Vale da Piedade	1562	PT011317160047
Vila Real	Conceição	São Francisco	1569	PT011714240091
Viseu	Conceição	Santo António	1635	PT021823240358

3 - Conventos organizados por Designação

Designação	Província	Localização	Data fundação	N.º IPA
Anunciada	Soledade	Tomar	1528	PT031418070028
Bom Jesus	Piedade	Valverde	1544	PT040705040056
Bom Jesus do Monte	Soledade	Franqueira	1497	PT010302590178
Espírito Santo	Arrábida	Mealhada	1573	
Madre de Deus	Arrábida	Verderana	1591	PT031504050018
Nossa Senhora da Assunção	Piedade	Vidigueira	1545	PT040214140006
Nossa Senhora da Boa Viagem	Arrábida	Oeiras	1602	
Nossa Senhora da Caridade	Soledade	Sardoal	1571	PT031417030004
Nossa Senhora da Conceição	Arrábida	Alferrara	1576	PT031508020014
	Arrábida	Azóia	1584	PT031107130061
	Conceição	Lisboa	1707	
	Conceição	Melgaço	1746	PT011603180044
Nossa Senhora da Esperança	Piedade	Portimão	1539	PT050811030011
Nossa Senhora da Glória e São Bento	Conceição	Monção	1748	PT011604170011
Nossa Senhora da Piedade	Arrábida	Caparica	1550	PT031503020043
	Arrábida	Salvaterra Magos	1543	
Nossa Senhora do Amparo	St. António	Vila Franca de Xira	1553	
Nossa Senhora do Cardal	St. António	Pombal	1707	PT021015090017
Nossa Senhora do Loreto	St. António	Paio de Pelo	1572	PT031420030010
Nossa Senhora do Paraíso	Piedade	Silves	1518	PT050813070027
Nossa Senhora do Seixo	Soledade	Fundão	1526	PT020504170016
Nossa Senhora dos Anjos	St. António	Sobral Mte Agraço	1590	
	Soledade	Azurara	1518	PT011316040016
Nossa Senhora dos Prazeres	Arrábida	Palhais	1542	
Nosso Senhor e Santo António	Arrábida	Mafra	1730	PT031109090001
Santa Catarina	Arrábida	Ribamar	1634	
Santa Catarina da Carnota	St. António	Alenquer	1408	PT031101110038
Santa Cruz	Arrábida	Sintra	1560	PT031111050021
Santa Maria	Arrábida	Arrábida	1542	PT031512040081
	Conceição	Ínsua	1392	PT011602120003
	Conceição	Mosteiró	1392	PT011608030013
Santo António	Arrábida	Leiria	1651	PT021009120006
	Arrábida	Pereiro (Santarém)	1590	
	Arrábida	Torres Novas	1591	
	Conceição	Caminha	1630	PT011602070044
	Conceição	Pinhel	1731	PT020910170012
	Conceição	Ponte de Lima	1480	PT011607350045
	Conceição	Serém	1635	PT020101120131
	Conceição	Viana do Castelo	1625	PT011609310048
	Conceição	Vila Cova de Alva	1713	PT020601180012
	Conceição	Viseu	1635	PT021823240358
	Piedade	Abrantes	1526	PT031401030058
	Piedade	Alter do Chão	1617	PT041201010009
	Piedade	Beja	1608	PT040205130030
	Piedade	Estremoz	1535	PT040704030031
	Piedade	Évora	1578	PT040705210088
	Piedade	Faro	1524	PT050805040034
	Piedade	Fronteira	1613	PT041208020010
	Piedade	Loulé	1546	PT050808090010
	Piedade	Moura	1684	PT040210070019
	Piedade	Portalegre	1522	PT041214080022
	Piedade	Redondo	1605	PT040710020012
	Piedade	Tavira	1612	PT050814060030
	St. António	A. Galega Marceana	1600	PT031101020046

	St. António	Anadia	1700	
	St. António	Cantanhede	1675	PT020605040021
	St. António	Condeixa	1750	
	St. António	Lousã	1750	PT020607030039
	St. António	Penela	1576	PT020614050004
	St. António	Sertã	1635	PT020509120008
	Soledade	Abrantes	1526	PT031401130058
	Soledade	Arrifana do Sousa	1663	PT011311240074
	Soledade	Aveiro	1524	PT020105060012
	Soledade	Castelo Branco	1562	PT020502050088
	Soledade	Covilhã	1553	PT020503190017
	Soledade	Guimarães	1663	PT010308040086
	Soledade	Ourém	1600	
	Soledade	Penafiel	1663	PT011311240074
	Soledade	Penamacor	1571	PT020507100006
Santo António da Castanheira	St. António	Vila Franca de Xira	1402	PT031114090015
Santo António da Cidade	Conceição	Porto	1747	PT011312120035
Santo António da Convalescença	St. António	Lisboa	1640	PT031106390387
Santo António da Estrela	Conceição	Coimbra	1712	PT020603020036
Santo António da Pedreira	St. António	Coimbra	1602	PT020603020213
Santo António do Calvário	Soledade	Porto	1735	
Santo António do Pinheiro	St. António	Chamusca	1519	PT031407030031
Santo António dos Capuchos	St. António	Lisboa	1570	PT031106450153
Santo António dos Olivais	Soledade	Coimbra	1538	PT020603180030
Santo Cristo	Conceição	Fraga	1749	PT021817040031
São Bento	Conceição	Arcos de Valdevez	1677	PT011601340059
São Cornélio	Arrábida	Olivais	1675	
São Francisco	Conceição	Lamego	Séc. XIII	PT011805010074
	Conceição	Torre de Moncorvo	1569	PT010409160053
	Conceição	Vila Real	1569	PT011714240091
	Piedade	Barcelos	1649	PT010302140070
	Piedade	Braga	1522	PT010303370061
	Piedade	Lagos	1518	PT050807060034
	Piedade	Portel	1547	PT040709050007
	Soledade	Chaves	1673	PT011703500100
	Soledade	Idanha-a-Nova	1630	PT020505030039
São Francisco do Monte	Conceição	Orgens	1407	PT021823190031
	Conceição	Viana do Castelo	1392	PT011609310047
São Frutuoso	Soledade	Real	1522	PT010303370061
São José	Conceição	São Pedro do Sul	1751	PT021816140005
	St. António	Cernache Bonjardim	1699	
São José de Ribamar	Arrábida	Oeiras	1551	PT031110090099
São Miguel	Arrábida	Gaeiras	1602	PT031012080009
São Pedro de Alcântara	Arrábida	Lisboa	1685	PT031106150407
Vale da Piedade	Soledade	Vila Nova de Gaia	1562	PT011317160047

C - GLOSSÁRIO

ABÓBADA	Revestimento interior de um espaço, consistindo na transladação de um arco ou na justaposição de vários, apoiada em paredes, pilares ou colunas, apresentando perfis diversos e executada em variados materiais (betão, pedra, tijolo).
ABOBADILHA	Abóbada de pouca espessura, executada em materiais leves, como o tijolo, podendo assumir várias formas.
ALA DO CORO-ALTO	Corredor no segundo piso do claustro, o qual abre directamente para a quadra e se situa paralelo à parede da igreja, tendo, como único vão, a porta de acesso ao coro-alto ou a um espaço que o antecede, o ante-coro.
ALA DOS CONFESSIONÁRIOS	Corredor no primeiro piso do claustro, o qual abre directamente para a quadra e se situa paralelo à parede da igreja, possuindo, além de portas de acesso a outras dependências, uma série de vãos rectilíneos, que serviam para os frades se instalarem durante o sacramento da confissão e que ligava, através de um ralo, com um espaço semelhante no interior da igreja, onde se posicionava o fiel.
ARCO TRIUNFAL	Arco de volta perfeita que dá acesso à capela-mor, podendo ser de dimensões distintas e assente em elementos das várias ordens arquitectónicas, estando, no caso presente, assente em colunas toscanas e, frequentemente, ornado por elementos decorativos fitomórficos, efectuados nos sécs. XVII ou XVIII.
ARMÁRIO DOS AMITOS	Armário embutido numa das paredes da sacristia, composto por várias gavetas, onde cada frade guardava os amitos, uma veste litúrgica, para colocar junto ao pescoço.
ARMÁRIO DOS CÁLICES	Armário embutido numa das paredes da sacristia, que servia para arrecadar as alfaias litúrgicas da comunidade e alguma paramentaria.
ARQUITRAVADO	Sistema constituído por dois elementos verticais, travados por um elemento horizontal comum, dando origem a um vão rectilíneo.
AVENTAL	Elemento decorativo, que surge na base da moldura inferior das janelas de peitoril, sendo mais ou menos recortado, podendo ostentar volutas ou elementos pendentes, inspirados na passamanaria.
AZULEJO DE PADRÃO	Azulejos formando uma composição decorativa constituída pela repetição de um ou vários módulos que podem ir de 2 x 2 até 16 x 16 azulejos. Foi largamente utilizado durante o séc. XVII e primeira metade do século XVIII, em revestimentos parietais, formando o denominado efeito <i>tapete</i> .
BRINCOS	Elemento decorativo que ladeia a moldura de um vão, em forma de pingente ou de elemento fitomórfico.
CAIXOTÕES	Cada um dos elementos poligonais em que se divide uma

cobertura interna de um espaço, podendo possuir moldura mais ou menos salientes, simples ou entalhadas, que circunscrevem painéis pintados ou relevados, com decoração figurativa, alegórica ou meramente ornamental.

CANTAREIRA

Armário embutido numa parede, cujas prateleiras são em cantaria e servem para arrecadar vários utensílios domésticos, incluindo os cântaros, de onde lhe advém o nome.

CAPELA

Designação dada aos oratórios situados em partes de um templo, com altar e culto próprio, particular ou corporativo. Por extensão é um local ou vão onde se encontre um altar de uma igreja ao culto de um santo ou mistério. O vocábulo deriva da capela onde era conservada e venerada a Capa de São Martinho, em Tours, mas a sua divulgação deve-se ao culto oriental, com os martyria, espaços diferenciados da igreja e onde se colocavam as relíquias dos mártires. Inicialmente, o termo surgiu para designar uma instituição de bens, normalmente vinculados, cujos rendimentos deviam ser gastos em missas ou obras pias, revertendo o resto para o administrador do espaço, que devia zelar pela sua manutenção e decoração, passando a designar os espaços onde o defunto se fazia sepultar. Com a necessidade de proliferação de altares, na época gótica, correspondente a um crescendo de culto de vários santos, patronatos de famílias e colectividades que procuravam espaços de enterramento e de culto, vão surgir as capelas no deambulatório, as capelas dos transeptos, que viram aumentado o seu tamanho. Esta proliferação levou à ocupação de outros espaços, nomeadamente as naves. Perante esta proliferação, em 1514, D. Manuel I regulamentou, em Portugal, o regimento das Capelas.

CAPELA COLATERAL

Capela rasgada ou adossada às paredes que flanqueiam o arco triunfal, tendo as do lado do Evangelho uma maior importância, relativamente às opostas, podendo mesmo ter como tutelar o orago do templo.

CAPELA LATERAL

Capela rasgada ou adossada às paredes laterais de uma igreja, tendo as do lado do Evangelho uma maior importância, relativamente às opostas.

CAPELA-MOR

Capela principal de um templo, situado no topo de um eixo longitudinal que se forma a partir do portal axial, onde se situa o altar-mor e onde decorrem as cerimónias litúrgicas mais importantes.

CAPUCHOS

Um dos três ramos em que se dividiu a via masculina dos franciscanos, criada em 1528, rompendo com um outro ramo, o da Observância. Nasce no âmbito do Concílio de Trento, com Matteo Baschi, um frade observante que teria tido uma revelação de São Francisco para regressar ao ideal primitivo, preconizado pela Regra franciscana. Recebe a aprovação do Papa em 1525, sendo fundada pela Bula Religionis Zelus, datada de 1528, com

	<p>estatutos criados em 1535 – 1536, baseados na Regra e no Testamento de São Francisco. Para se distinguirem dos demais franciscanos, adoptam um capucho. Em 1619, adquirem autonomia jurídica, ficando independentes dos Observantes. Contudo, este tivera um antecessor castelhano, Frei João de Guadalupe que, em 1498, se dirigiu a Roma, munido de cartas de recomendação dos Reis Católicos, a solicitar ao Papa autorização para seguir a regra preconizada por São Francisco. Neste âmbito criaram vários cenóbios em território espanhol, que, no século XVI, após a morte do fundador (1503) passam a ser perseguidos, refugiando-se em Portugal e criando a custódia da Piedade, em 1508, confirmada por breve de Júlio II, em 1509, sendo a primeira custódia capucha de todo o ramo franciscano.</p>
CARNEIRO	<p>Nicho parietal ou sepultura subterrânea onde são depositados os ossos ou corpo de um defunto. É de pequenas dimensões, podendo possuir alguma decoração, como a pedra de armas do defunto e/ou respectiva família, bem como elementos azulejares, frequentemente na forma de uma cruz latina.</p>
CASA DO CAPÍTULO	<p>Espaço funcional, situado numa das alas do piso inferior do claustro, servindo como local de reunião da comunidade que habita o edifício. Serve a reuniões diárias, onde são confessadas as culpas de cada um dos religiosos e distribuídas as tarefas, para resolução de problemas inerentes à vivência da comunidade, para eleição de um guardião ou de um provincial, estes apenas funcionando nas casas-mãe.</p>
CASA DO FOGO	<p>Espaço funcional situado numa das alas do piso inferior ou superior do claustro, que servia de local de aquecimento para os frades, tendo uma lareira e bancos corridos assentes em mísulas.</p>
CASA DO LAVABO	<p>Espaço funcional anexo à sacristia, onde se situava o lavabo da mesma, permitindo as abluções dos frades antes das cerimónias litúrgicas.</p>
CATRE	<p>Cada um dos espaços em que se divide uma enfermaria conventual, constituindo uma zona exclusiva a um doente; os vários catres encontram-se divididos em cantaria ou, mais frequentemente, em taipa ou tabique e possuem, como mobiliário principal, uma cama ou uma cadeira de encosto.</p>
CELA	<p>Espaço destinado ao descanso e meditação de cada um dos frades, dispendo-se nas alas superiores do claustro, estando divididas em taipa ou tabique, cada uma com acesso por uma porta de verga recta, que abre para a ala do claustro ou para o corredor dos dormitórios (no caso de estes possuírem duas fiadas de celas) e iluminada por uma pequena janela quadrangular. Tem uma cama, um oratório, um Crucificado, podendo a do guardião, de maiores dimensões, possuir cadeiras e um armário.</p>
CERCA CONVENTUAL	<p>Propriedade murada compreendendo um núcleo edificado para</p>

habitação de uma comunidade religiosa, campos agrícolas, horta, mata ou jardim numa relação de interdependência. Geralmente providas de jardim, adjacente à casa, em claustro ou disperso por toda a propriedade. São muito frequentes os caminhos entre campos agrícolas ou plantações de vinha ou pomar, que terminam em bancos ou conversadeiras, os muros de suporte onde se inserem alegretes ou os jogos de água com caleiras e tanques de rega. Grande parte dos elementos tem um carácter religioso como é o caso de fontes dedicadas a santos, de escadórios que conduzem a locais de devoção ou de locais de recolhimento e contemplação.

COLUNA JÓNICA

Coluna de influência clássica, com a base composta por vários toros e escócias, de onde evolui o fuste, estriado, composto por 24 estrias, separadas por estreitos listéis, e o capitel composto por duas amplas volutas, que sustentam o ábaco.

COLUNA TOSCANA

Coluna de criação clássica, desenvolvendo-se no período romano, caracterizada por possuir base composta por pequeno plinto e um toro, de onde evolui um fuste liso, com anel no topo, apresentando um capitel ornado por óvulos e dardos e por pequena cornija saliente.

CONVENTO

Edifício de dimensões e estrutura variáveis, consoante a ordem religiosa que o ocupava, composto por uma igreja e uma zona regal, desenvolvido em torno de um claustro, onde se desenvolvia a vida dos frades, envolvido por uma cerca e, por vezes, por uma mata. A partir da Idade Média, convento tornou-se o local onde habitavam os frades que tinham uma semi-clausura, como as ordens mendicantes, por oposição ao mosteiro, com uma regra de clausura explícita.

CORO-ALTO

Espaço onde se reúne a comunidade religiosa para assistir aos actos litúrgicos e onde exerce as especificidades corais de cada uma; situado sobre o portal axial, possui um cadeiral, um órgão, uma estante coral e, por vezes, um candeeiro das trevas.

CORREDOR DOS**DORMITÓRIOS**

Espaço que se situa entre duas fiadas de celas, permitindo o acesso às mesmas, podendo ser um espaço em falsa abóbada de berço ou em madeira de caixotões, iluminado por clarabóias ou pela janela regal.

CORUCHÉU

Estrutura inclinada e bastante elevada que fecha um edifício ou um espaço, apresentando várias formas, construída em diversos materiais e com vários tipos de revestimento, como azulejo, escama de lousa ou cantaria.

CRIPTA

Espaço subterrâneo, que serve de enterramento, no interior de um templo. Pode assumir proporções variadas e destinar-se a um único defunto e/ou à sua respectiva família. É frequente possuir decoração pictórica e escultórica, do tipo relevado, não sendo incomum a aplicação de azulejaria.

CUSTÓDIA

Conjunto de conventos de uma ordem religiosa, congregados em determinada área ou dispersos, encontrando-se unidos por uma

	tendência religiosa semelhante, que possui uma certa autonomia administrativa, mas depende de uma Província ou de uma Ordem religiosa.
DE PROFUNDIS	Espaço de reunião, situado junto ao refeitório, rodeado por bancos corridos, destinados aos monges, que procediam a leituras teológicas, antes e depois das refeições. Simultaneamente, servia para velarem os frades defuntos. No caso dos colégios, destinava-se ao espaço das disputas teológicas entre os vários alunos.
EMBEBIDO	Elemento ou estrutura que se encontra parcialmente introduzida na superfície de um outro elemento ou estrutura.
EMPENA	Remate angular de uma fachada, podendo, contudo, apresentar-se recortada ou em pinhão, formando um efeito escadado.
ESCADA DAS MATINAS	Escada que, nos edifícios conventuais, liga a zona da Via Sacra, adossada à sacristia, ao corredor do coro-alto, no segundo piso, permitindo aos frades a descida rápida até à sacristia, para poderem officiar os officios divinos no templo. Nem todos os edifícios a possuíam, não surgindo nos mais antigos, que se serviam apenas de uma estrutura deste tipo, normalmente a Escada Regral.
ESCADA REGRAL	Escada que, nos edifícios conventuais ou monacais, liga a zona inferior do claustro ao segundo piso, mais precisamente, aos dormitórios. No caso dos conventos capuchos, partiam do <i>De Profundis</i> e terminavam no corredor dos dormitórios, sendo marcada, no patamar superior, pela existência de um nicho com uma imagem da Virgem, normalmente designada como <i>Nossa Senhora da Escada</i> , apesar de poderem existir outros oragos.
FACHADA	Parede em contacto directo com o exterior, onde é possível [do ponto de vista regulamentar] abrir vãos de janela ou de porta (PEDRO, 1999)
FACHADA HARMÓNICA	Fachada ladeada por duas torres sineiras, que se elevam relativamente ao corpo central, normalmente mais baixo, onde se rasgam os vãos de portas, janelas e o acesso à galilé.
FALSA ABÓBADA DE ARESTA	Revestimento em forma curva, que se apoia numa estrutura de vigamento de madeira ou betão, com suportes nos ângulos, para onde o peso é descarregado por duas nervuras que se cruzam em arco de volta perfeita.
FALSA ABÓBADA DE BERÇO	Revestimento em forma curva, que se apoia numa estrutura de vigamento de madeira ou betão.
FALSO TRANSEPTO	Espaço saliente relativamente à nave, formado por dois espaço funcionais, um cultural, correspondente a uma capela, dedicada frequentemente a Nossa Senhora das Dores, fronteiro à porta de acesso ao claustro, também ela profunda e extravasando o alinhamento da nave.
FRESTAS	Pequenas janelas que permitem escassa iluminação, normalmente de perfil em arco de volta perfeita.
FRONTÃO SEM RETORNO	Frontão cujas cornijas laterais não fecham inferiormente.

GALILÉ

Espaço exterior, coberto, que antecede a entrada no templo e que permite à comunidade reunir-se, estando protegida dos elementos climatéricos adversos. No caso destas casas franciscanas constitui, igualmente, um espaço de culto, pois ostenta uma Capela dedicada ao Senhor dos Passos, em frente da qual surge o acesso à portaria.

GRANDE ÓRGÃO

Instrumento musical que funciona a teclas e ar comprimido, composto por três partes distintas, mas interligadas, os foles, a tubagem e os registos, cujo som é comandado a partir de uma consola, onde surge a bancada do organista, onde se implantam os botões dos registos, as pedaleiras e de dois a cinco teclados cromáticos, correspondentes aos possíveis cinco grandes agrupamentos de sonoridades, o grande órgão, o positivo, o recitativo, a bombardas e o eco. A estrutura funciona a partir da entrada do ar, fornecido pelos foles, em pequenos reservatórios, de onde partem tubos para o cerne do órgão, o someiro, que recebe o ar sob pressão, havendo uma espécie de válvulas que não permitem o seu retrocesso; o someiro possui pequenos orifícios, onde correm régulas, que accionadas pelas teclas, se movem, permitindo a entrada do ar nas flautas, através de tubos de comunicação, os postéis, no caso das flautas de maiores dimensões, que não assentam directamente no someiro, permitindo a emissão dos sons. Cada órgão possui vários registos, com sonoridades distintas, conseguindo-se, entre eles, inúmeras combinações, accionadas por pedais existentes junto às pedaleiras, provocando as misturas; além destas, é possível adicionar efeitos de crescendo, obtidos pelas janelas venezianas, que abrem lentamente, fazendo soar os tubos das bombardas, encerrados numa caixa. Podem surgir, ainda, efeitos mecânicos, que emitem alguns sons específicos, como o canto das aves, ou fazem mover figuras que tocam instrumentos. As caixas são de madeira entalhada, com vários elementos decorativos, desde carrancas, atlantes, acantos, concheados e assentam em ampla mísula, estando colocados nas paredes laterais ou sobre a entrada dos templos.

GUARDIÃO

Superior de um convento franciscano, cujo cargo durava três anos, iniciando-se e finalizando no denominado Capítulo intermédio, onde eram escolhidos os novos dirigentes. Para assumir este cargo, era necessário FALTA

HOSPEDARIA

Espaço destinado aos visitantes externos, para simples descanso ou para pernoitar. Podia situar-se no piso inferior, junto à Portaria, impedindo que os mesmos devassassem o espaço regal, ou no segundo piso, integrando o dormitório dos frades. Poderia constituir um edifício anexo, construído na cerca. Encontra-se mobilado com cadeiras de encosto, por vezes camas, podendo ter mesas ou mesmo arcas, onde os frades arrecadavam alguns pertences.

HOSPÍCIO	Casa religiosa regular, constituída por uma comunidade de menos de doze religiosos.
JANELA DE SACADA	Vão rasgado numa parede ou muro, ao nível do pavimento interno e possuindo um avançamento exterior, com bacia de cantaria e uma guarda metálica ou de outro material, vazada ou plena.
JANELA DE VARANDIM	Vão rasgado numa parede ou muro, ao nível do pavimento interno, provido de uma guarda colocada à face da superfície onde se implanta, podendo ser de vários materiais e plena ou vazada.
JANELA EM CAPIALÇO	Termo aplicado a uma janela, cujo vão é de maiores dimensões no interior ou exterior, permitindo aumentar ou diminuir a entrada de luz num edifício.
JANELA REGRAL	Janela situada no topo do corredor dos dormitórios, permitindo iluminar estes espaços de circulação, sendo identificáveis no exterior pelas suas maiores dimensões ou pelo facto de possuírem sacadas ou constituírem janelas de varandim.
LAVABO DE REFEITÓRIO	Estrutura com água perene ou com pequeno reservatório, situado no claustro, em casa anexa ao refeitório ou no <i>De Profundis</i> , permitindo aos frades lavarem as mãos antes e depois das refeições. O tamanho é variável, consoante se integre num pequeno edifício ou num mosteiro de grandes dimensões.
LAVABO DE SACRISTIA	Estrutura com água perene ou com pequeno reservatório, situado na sacristia, ou na casa anexa, a casa do lavabo, permitindo aos celebrantes, lavarem as mãos antes e depois das cerimónias litúrgicas. O tamanho é variável, consoante se integre num pequeno edifício ou num mosteiro de grandes dimensões.
MINISTRA	Vão rectilíneo que liga o refeitório e a cozinha, constituindo, normalmente, a única ligação entre estes dois espaços.
MÍSULA	Elemento de suporte, que se salienta de uma parede, destinado a sustentar vários elementos arquitectónicos ou estruturas.
NAVE	Espaço longitudinal de um templo, destinado aos fiéis, que se inicia no portal de acesso e termina no transepto, na parede testeira ou no arco triunfal, conforme o âmbito religioso do edifício.
NECESSÁRIAS	Instalações sanitárias dos frades, situadas no segundo piso, no seguimento de uma das alas dos dormitórios, separadas do edifício principal por um pequeno passadiço, possuindo sistema de escoamento através do claustro e sistema de água corrente, que subia a partir da zona da cozinha.
ÓRGÃO POSITIVO	Instrumento musical que funciona a teclas e ar comprimido, composto por três partes distintas, mas interligadas, os foles, a tubagem e os registos, cujo som é comandado a partir de uma consola, ligada à bancada do organista, onde se implantam os botões dos registos, as pedaleiras e um teclado, correspondente a uma sonoridade suave, que acompanha os momentos

	<p>litúrgicos diários. São de pequenas dimensões, podendo surgir com alguns elementos decorativos como castelos ou na forma, mais comum, de órgão de armário, em que os tubos se encontram fechados por duas portadas decoradas, abertas durante o seu funcionamento.</p>
PADROEIRO	<p>Protector e mentor de um edifício religioso ou parte dele, tornando-se o responsável pela sua edificação, manutenção e apoio financeiro à comunidade religiosa que o habita, para o que vincula uma série de bens; em troca, o padroeiro é alvo de algumas benesses por parte da comunidade, tendo direito a colocar a sua pedra de armas no arco triunfal, a abrir tribuna para assistir às cerimónias religiosas, a participar das refeições dos frades, a receber parte da produção agrícola da cerca e a ser alvo de orações várias.</p>
PINÁCULOS	<p>Elemento que remata um contraforte, arcobotante ou cunhal de um edifício ou estrutura, podendo assumir várias formas, piramidal, em balaústre, em bola, bolboso, em urna ou, em casos mais elaborados, em forma de fogaréus, elemento que remata em chamas, simulando tochas.</p>
PINGENTE	<p>Elemento que se dependura da moldura inferior de uma janela de peitoril, normalmente na forma de lacrimal ou de elemento vegetalista.</p>
PORTA CARRAL	<p>Portão de grandes dimensões rasgado no muro que envolve a cerca e que permite a entrada de carros puxados por animais, que transportavam os bens necessários à vida diária do convento ou os materiais necessários à sua fábrica.</p>
PORTAL AXIAL	<p>Porta principal de um templo, situado na parede fronteira à capela-mor. Normalmente, ostenta elementos decorativos ou remates mais elaborados, em frisos, cornijas ou frontões, podendo surgir sobrepujado por alguns nichos com imaginária.</p>
PORTARIA	<p>Dependência situada no primeiro piso do claustro, com acesso a partir da galilé e que permite aceder à zona regal. Encontra-se protegido por uma porta provida de um postigo ou de um ralo, permitindo a identificação de quem pretende entrar pelo irmão porteiro, tendo, no exterior, uma pequena sineta. O interior está provido de armários, onde o porteiro arrecada os seus pertences, bancos, uma mesa, podendo ostentar pintura ou escultura avulsa, de temática religiosa (cristológica ou franciscana).</p>
PROVÍNCIA	<p>Conjunto de conventos (o mínimo dez) de uma ordem religiosa, congregados em determinada área ou dispersos, encontrando-se unidos por uma tendência religiosa semelhante, com governo autónomo e estatutos reconhecidos e aprovados. Aplica-se, sobretudo às Ordens mendicantes, existindo, em todas elas a denominada Província de Portugal, sendo a de São Francisco a mais complicada quanto à derivação de províncias, surgindo as autónomas províncias capuchas de Santo António, Piedade,</p>

	Arrábida, Soledade e Conceição.
RODA	Elemento que permite introduzir bens de pequenas dimensões no interior do convento, só surgindo nos conventos da Província da Arrábida, onde a clausura dos monges era mais observada.
SERLIANA	Motivo divulgado no tratado de Serlio, que consiste na utilização de um arco de volta perfeita ladeado por dois vãos rectilíneos, arquitravados e divididos por colunas toscanas.
SUB-CORO	Espaço situado debaixo do coro-alto.
TABURNOS	Cada uma das sepulturas de madeira com régua de cantaria que dividem o pavimento das naves dos edifícios em questão.
TERREIRO	Espaço que antecede a entrada no templo ou portaria, podendo ser de dimensões variáveis, alguns possuindo nichos ou capelas exteriores.
TRIBUNA	Espaço onde o padroeiro poderia assistir às cerimónias religiosas, situado na zona da capela-mor e com acesso pela zona regral, denotando os privilégios que este possuía no seio das comunidades que financiava.
TRIBUNA DO ÓRGÃO	Elemento onde se apoia o órgão, podendo, em alguns casos, estar sustentado por amplo mísula, que se prolonga inferiormente até quase ao pavimento do templo.
VIA SACRA	Espaço que liga a capela-mor e a sacristia, servindo de local de meditação para os monges, antes de entrarem no templo e celebrarem as cerimónias religiosas. Aparece, apenas, nos edifícios pertencentes às ordens religiosas onde o culto cristológico é muito intenso, como as ordens mendicantes e a Companhia de Jesus.
ZONA REGRAL	Conjunto edificado onde apenas são admitidos os frades e onde se desenrola a sua vida quotidiana, só sendo franqueado a laicos em casos de procissões ou de enterramentos no interior da quadra.

C - RECURSOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- ABREU, Carlos de -, “A construção do Convento de São Francisco no contexto da evolução urbanística da vila de Torre de Moncorvo” in *Côavisão – Cultura e Ciência*. n.º 6, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2004, pp. 15-33.
- AGUIAR, Joaquim António de (Padre) - “O Convento de Santo António de Serém (1634-1834)” in *Communio*. n.º 137, Lisboa: Província Claretiana de Portugal, Julho – Agosto 1982, pp. 21-24.
- ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. vols. I e II, Porto: Livraria Civilização Editora, 1968.
- ALVES, Alexandre - *Memórias do Santuário e Convento do Senhor Santo Cristo da Fraga*. Sátão: Câmara Municipal do Concelho de Sátão, 1989.
- ALVES, Alexandre - *O Convento Franciscano de São José da Vila de São Pedro do Sul*. São Pedro do Sul: Câmara Municipal de São Pedro do Sul, 1997.
- ALVES, Alexandre - *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. 3 vols., Viseu: Governo Civil de Viseu, 2001.
- ANACLETO, Regina - “Convento de Santo António de Vila Cova do Alva” in *A Comarca de Arganil*. ano XCVIII, n.º 10779 - 10780, Arganil: 29 Setembro e 1 Outubro 1998.
- ARAÚJO, António de Sousa (Frei) - “Roteiro Franciscano – Viana do Castelo” in *Paz e Alegria*. n.º 49, ano IX, Lisboa: Janeiro – Fevereiro 1985, pp. 17-21.
- ARAÚJO, António de Sousa (Frei) - “Roteiro Franciscano – Arcos de Valdevez” in *Paz e Alegria*. n.º 50, ano IX, Lisboa: Março - Abril 1985, pp. 18-22.
- ARAÚJO, António de Sousa (Frei) - *Antoninhos da Conceição – dicionário de capuchos franciscanos*. Braga: Editorial Franciscana, 1996.
- AZEVEDO, Joaquim de (D.) - *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*. 2.ª ed., [1.º ed. de 1869], Porto: Typographia do Jornal do Porto 1877.
- CARDOSO, Victor Manuel Moutinho - “O Convento de Santo António de Vila Cova de Alva” in *Itinerarium*. ano XLII, n.º 152, Braga: Editorial Franciscana, Janeiro-Abril 1997, pp. 71-138.
- CHÂTELLIER, Louis, *A Religião dos Pobres – as fontes do cristianismo moderno séc. XVI – XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- CONCEIÇÃO, Frei Apolinário - *Claustro Franciscano*. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, MDCCXL (1740).
- Convento de Mosteiró, VI Centenário 1392 – 1992*. Valença: Escola de Bade, 1992.
- COSTA, António Carvalho da (Padre) - *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal....* 2.ª ed., 3 vols., Braga:

- Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868.
- COSTA, M. Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego*. vols. II, IV e V, Lamego: s.n., 1979, 1984 e 1986.
- DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; SILVA, Armando Malheiro da, *Obras completas de Augusto César Esteves*. vol. I, Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2002.
- DEOS, Frei Martinho do Amor de - *Escola de Penitencia, caminho de perfeição estrada segura para a vida Eterna Chronica da Santa Provincia de Santo António*. Lisboa: António Pedrozo Galram, MDCCXL (1740).
- “Descrição de São Francisco de Vianna chamado algum dia de Mirtolo”, in *Jornal de Vianna*. III ano, n.ºs 272 a 274, Viana do Castelo: 3 a 16 Junho 1889.
- ESPERANÇA, Frei Manoel da - *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de São Francisco na Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina Antonio Caraesbeeck de Mello, 1666.
- Estatutos da Provincia de Santa Maria da Arrábida*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1698.
- FARO, Frei João de, Fragmento Académico. *Notícias geraes e particulares da Provincia da Piedade. Da regular observancia de N.º P. S. Franc.º*. s.l.: s.n., 1721.
- FERNANDES, Francisco José Carneiro, “Convento de São Francisco do Monte e Igreja e Convento de Santo António” in *Cadernos Vianenses*. tomo IV, Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, Dezembro 1980, pp. 156-173.
- FERNANDES, José Queiroga, “O Convento de São Bento dos Arcos – breves subsídios para o seu estudo histórico e artístico” in *Estudos Regionais*. n.º 17, Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, Dezembro 1996, pp. 33-73.
- FIGUEIREDO, Ana Paula Valente, *Os Conventos Franciscanos da Real Provincia da Conceição – análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*, [tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009.
- GERHARDS, Agnès - *Dictionaire Historique des Ordres Religieux*. s.l.: Librairie Arthème Fayard, 1998.
- GONÇALVES, Silva e SOUSA, Fernando de, *Memórias de Vila Real*. vol. I, Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real / Câmara Municipal de Vila Real, 1987.
- JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria - *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal da mais estreita e regular Observancia do Serafim Chagado S. Francisco*. 2.ª ed., 2 vols., Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, MDCCLX (1760).
- LOPES, Fernando Félix (Frei), *Influência de São Pedro de Alcântara na espiritualidade portuguesa do seu tempo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1964.

- LISBOA, Frei Marcos de - *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, [ed. fac-similada]. 3.^a parte, Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, MM (2000).
- LUÍS, Frei António de São, *Mestre de ceremonias, que ensina o rito Romano e Serafico aos religiosos da Reformada, e Real Província da Conceição no Reino de Portugal, exposto em duas unicas classes*. 3.^a ed. acrescentada, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCLXXXIX (1789).
- MÂLE, Émile, *El Arte religioso de la Contrarreforma*. Madrid: Ediciones Encuentro, S.A., 2001.
- MARIA, Frei Agostinho de Santa - *Santuario Mariano....* Lisboa: Officina da Antonio Pedrozo Galram, 1712-1716.
- MEDINAS, Victor Joaquim Fialho, *A Arquitectura Capucha da Província da Piedade*. (dissertação de Mestrado em História da Arte), vol. I, Lisboa: Universidade Nova, 1994.
- MONFORTE, Frei Manuel de, *Chronica da Província da Piedade*. 2.^a ed., s.l.: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1751, pp. 221 – 225.
- NATIVIDADE, Frei Manoel; ROZA, Frei João de Santa - *Estatutos da Província da Conceição no Reyno de Portugal*. Coimbra: Officina Luiz Seco Ferreira, MDCCXXXV (1735).
- PEDRO, João Branco – *Programa Habitacional. Edificio*. Lisboa: LNEC, 1999.
- SACRAMENTO, Frei Manuel do - *Estatutos da Província de Santo Antonio dos Capuchos do Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina da Congregaçam do Oratorio, MDCCLXXXVII (1787).
- São Francisco de Assis – Fontes Franciscanas*. Braga: Editorial Franciscana, 1982.
- SOLEDADE, Frei Fernando da - *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: Officina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, MDCCV (1705).
- VALENÇA, Manuel (Padre), *A Arte Musical e os Franciscanos no espaço português (1463-1910)*. Braga: Editorial Franciscana, 1997.

© 2010 Copyright IHRU, IP; IGESPAR, IP

O texto deste documento pode ser adaptado ou reproduzido para uso pessoal ou organizacional sem autorização específica, desde que sujeito a citação apropriada. O trabalho não pode ser usado para outros fins, designadamente comerciais, sem a autorização prévia formal dos seus editores. Pedidos e questões sobre a reprodução e direitos deverão ser remetidos para kitspatrimonio@ihru.pt.

Esta publicação deve ser citada da seguinte forma:

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Património Arquitectónico — Geral*, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2010 (Kits património, nº 5, versão 1.0), URL: www.portaldahabitacao.pt; www.monumentos.pt, www.igespar.pt.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



simplex
Programa de simplificação
Administrativa e Organizativa
Quanto mais simples, melhor.